

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE TURISMO

ÉVERTON DAVID DOS SANTOS TEIXEIRA

SUSTENTABILIDADE EM MEIOS DE HOSPEDAGEM: uma análise baseada no Green
Lodging Trends Report e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

SÃO LUÍS – MA

2023

ÉVERTON DAVID DOS SANTOS TEIXEIRA

SUSTENTABILIDADE EM MEIOS DE HOSPEDAGEM: uma análise baseada no Green Lodging Trends Report e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Maranhão como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Thays Regina Rodrigues Pinho

SÃO LUÍS – MA
2023

FICHA CATALOGRÁFICA (verso folha de rosto)

ÉVERTON DAVID DOS SANTOS TEIXEIRA

SUSTENTABILIDADE EM MEIOS DE HOSPEDAGEM: uma análise baseada no Green Lodging Trends Report e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Maranhão como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Profª Drª. Thays Regina Rodrigues Pinho

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Thays Regina Rodrigues Pinho (Orientadora)

1º Examinador (a)

2º Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por me guardar, estar sempre comigo e fazer com que eu chegasse até aqui acreditando que sou capaz de alcançar todos os meus sonhos. Aos meus pais, Manoel e Antonia, pelo dom da vida, por me ensinarem sobre valores, formarem o meu caráter, pelo amor incondicional e por toda dedicação e empenho para que eu tivesse uma educação de qualidade e hoje chegar até aqui. Aos meus amados irmãos, Érick, Rosilene e Joyce, os quais tenho orgulho de ter como minha família e são grandes exemplos para mim.

À minha orientadora, Profª Drª Thays Pinho, por toda confiança, dedicação, ensinamentos e paciência ao longo do tempo elaborando este trabalho, a tenho como uma das melhores professoras dentre os muitos que tive durante a graduação, e aqui também agradeço a todos os professores do curso de Turismo que fizeram parte desta graduação.

À minha companheira, Ana Flávia Teixeira, por estar sempre ao meu lado, por todo incentivo e companheirismo formados ao longo dos anos de convivência que envolveram muito amor e alegrias.

Aos meus amigos e professores do curso Técnico em Guia de Turismo do IFMA que influenciou diretamente na profissão que escolhi, em especial às professoras Janete Chaves e Terezinha de Jesus por nos passar com brilho no olhar seus conhecimentos sobre o turismo e aos amigos Manu, Nabate, Gaby, Paulo, Juliane, Emille, Suely, que me incentivaram muito a começar a graduação em Turismo.

Aos meus companheiros da turma de 2016.2, em especial aos amigos Diego, Naty, Luciluzi, Keila, Etelvino, Gracy, Ylanna, Maria Paula, Daniel, Tallyane, Wallace e Georgete, muito obrigado por toda vivência e aprendizado conjunto.

A todos os amigos que conheci e aprendi durante os anos de MEJ - Movimento Empresa Junior por meio da Labotur, primeira e melhor Empresa Junior de Turismo do Brasil, que muito colaborou com o meu desenvolvimento profissional e pessoal ao longo dos anos, em especial, Denise, Carol, Larisse, Bianca, Helena, Dione, Cadu, Geysiane, Clara, Dirlene, Natália, Amanda, e Janna, com os quais vivenciei grandes desafios e conquistas junto com a EJ.

Aos amigos que conheci em Curitiba, Diandra e Fabiana e aos colegas da Premier Turismo pela oportunidade de vivenciar grandes desafios todos os dias com vocês, em especial aos amigos do setor Administrativo: Thais, Debora, Macarroni, Diego, Victor, Daiane e Sarah, e minha coordenadora Patricia, e dos demais setores: Beatriz, Agatha, Giulia e Jean.

Agradeço a todos que fazem parte da minha vida e de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui. Muito obrigado.

“Se não puder voar, corra. Se não puder correr,
ande. Se não puder andar, rasteje, mas continue
em frente de qualquer jeito.”

(Martin Luther King)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal identificar as práticas de sustentabilidade dos empreendimentos hoteleiros destacadas no Green Lodging Trends Report 2022 (GLTR) em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, tendo como objetivos específicos: a) apresentar as práticas de gestão sustentável nos hotéis sob a ótica de dois dos cinco P's dos ODS – Pessoas, **Prosperidade**, **Planeta**, Paz e Parcerias; b) traçar comparativo entre as metas e indicadores estabelecidos nos ODS com os resultados do relatório GLTR; c) sugerir práticas sustentáveis para incremento da ESG (SGA) no setor hoteleiro maranhense. Utilizou-se de um breve levantamento teórico acerca do tema para identificar os conceitos e associação com as práticas utilizadas nos hotéis estudados. A pesquisa qualitativa de caráter exploratório e comparativo trata-se de uma análise documental baseada em um relatório publicado pela Greenview em parceria com o World Travel & Tourism Council (WTTC) e comparada aos ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e ODS 14 (Vida na água), por estarem associados diretamente ao turismo e aos Ps (**Prosperidade**, **Planeta**). Os resultados apontam que as práticas elencadas no GLTR estão alinhadas aos ODS 8, 12 e 14, e destaca o alcance dos P's estudados por meio destes, além de relatar que o setor hoteleiro maranhense já apresenta algumas práticas em conformidade com o GLTR e ODS's e caminha para um cenário sustentável ainda mais consolidado.

Palavras-chave: Sustentabilidade; ODS; GLTR; Setor hoteleiro.

ABSTRACT

The main objective of this study was to identify the sustainability practices of hotel developments highlighted in the Green Lodging Trends Report 2022 (GLTR) in relation to the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda, with the following specific objectives: a) to present the sustainable management practices in hotels from the perspective of two of the five P's of the SDGs – People, **Prosperity, Planet**, Peace and Partnerships; b) compare the goals and indicators established in the SDGs with the results of the GLTR report; c) suggest sustainable practices to increase ESG (SGA) in the Maranhão hotel sector. A brief theoretical survey on the subject was used to identify the concepts and association with the practices used in the hotels studied. The exploratory-descriptive qualitative research is a documentary analysis based on a report published by Greenview in partnership with the World Travel & Tourism Council (WTTC) and compared to SDG 8 (Decent work and economic growth), SDG 12 (Responsible consumption and production) and SDG 14 (Life in water), as they are directly associated with tourism and the Ps (**Prosperity, Planet**). The results indicate that the practices listed in the GLTR are aligned with SDGs 8, 12 and 14, and highlight the scope of the P's studied through these, in addition to reporting that the hotel sector in Maranhão already presents some practices in accordance with the GLTR and SDGs and moves towards an even more consolidated sustainable scenario.

Keywords: Sustainability; SDG; GLTR; Hotel sector.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): panorama histórico e relação com turismo.....	14
2.1 Crescimento econômico inclusivo e sustentável no turismo (ODS 8)	20
2.2 Padrões de consumo e de produção sustentáveis (ODS 12)	23
2.3 Vida na água (ODS 14).....	27
3 Sustentabilidade e o setor hoteleiro.....	31
3.1 Sistemas de Gestão Ambiental no setor hoteleiro: contribuições para a sustentabilidade	32
3.2 Certificação Ambiental para o turismo e setor hoteleiro	33
3.3 Os ODS e o setor hoteleiro	37
4 METODOLOGIA.....	40
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES – DADOS DA PESQUISA.....	43
6 CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

O turismo enquanto setor econômico encontra-se entre os quatro maiores do mundo, ficando atrás apenas dos seguintes: combustíveis, produtos químicos e automobilísticos (ARAGON-CORREA, MARTIN-TAPIA e TORRE-RUIZ, 2015), alcançando em 2021 a incrível marca de 1 a cada 11 empregos diretos ou indiretos e 6,1% do PIB global (WTTC, 2022). Sendo assim, a preocupação com os recursos globais torna-se importante para o setor, uma vez que é crescente a compreensão da interdependência entre o desenvolvimento do turismo e os impactos socioculturais, econômicos e ambientais (positivos e/ou negativos) deste fenômeno contemporâneo (PÉREZ e DEL BOSQUE, 2014; SLOAN, LEGRAND e KAUFMANN, 2014; SANTOS e MATSCHUCK, 2015; SANTOS, et al., 2016; SANTOS, MÉXAS e MEIRIÑO, 2017).

Autores como Meadows et al. (1972) e Sachs (2004) destacaram que, a partir da década de 70, as discussões sobre as questões ambientais e os impactos negativos gerados pelo uso desenfreado dos recursos culminaram no surgimento do conceito de desenvolvimento, anteriormente ecodesenvolvimento, o qual argumentava que é aquele que aborda desenvolvimento e conservação do meio ambiente e deve abarcar as dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais.

Anos mais tarde, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no Relatório de Brundtland, elaborado pela World Commission on Environment and Development (1987), conceito este que visa mostrar ao homem um desenvolvimento capaz de garantir a si e às gerações futuras o usufruto do planeta e seus benefícios sem prejudicá-lo (COELHO, 2018). Em período mais recente, mais precisamente no dia 25 de setembro de 2015, surgem os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), quando “[...] Estados, a sociedade civil e o setor privado mobilizaram esforços para combater as desigualdades, acabar com todas as formas de pobreza e combater as mudanças climáticas” (COELHO, 2018, p. 20).

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU apresentam de forma clara e assertiva 169 metas para alcançar um mundo melhor em âmbito econômico, social e ambiental. Para manter os ODS mais organizados, foram divididos em 5 P’s: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias. Os objetivos citam o turismo diretamente em 3 deles, no ODS 8 que visa “*Promover um crescimento económico sustentável e garantir emprego para todos*”, no ODS 12 que prevê “*Garantir padrões de consumo e produção sustentável*” e no ODS 14 que objetiva “*Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos*” (UNWTO, 2018, p. 16-17), porém, a atividade pode e deve ser relacionada com todos os ODS’s (UNWTO 2018).

Estudos concernentes ao setor hoteleiro, pilar da atividade turística para acolhimento, recepção e alojamento nos deslocamentos humanos (CASTELLI, 2016) apontam alguns impactos positivos para a sociedade e para sustentabilidade associados às suas práticas e ações: conscientização de turistas, contribuições diretas com aportes financeiros para preservação ambiental, ações de proteção às localidades (ALMEIDA, 2016), como exemplo, destaca-se a implementação de sistemas e materiais eco eficientes (GEERTS, 2014; MELISSEN, et al., 2015), programas de reaproveitamento de toalhas e lençóis, reaproveitamento de água nos serviços de limpeza e irrigação e eficiência energética (KASIM, et al., 2014; FRAJ, MATUTE e MELERO, 2015; DIMARA, MANGANARI e SKURAS, 2017), sendo o “reuso de toalhas” a prática mais utilizada nos hotéis segundo Dimara, Manganari e Skuras (2017).

Em contrapartida, estudos indicam impactos negativos: geração de esgotos, óleos e produtos químicos (SLOAN et al, 2014), caça predatória, descartes irregulares de materiais (DOS SANTOS et al 2015), emissões de gases de efeito estufa (KIM; LINDSTRÖM; WEINBERG, 2013) gerados ao meio e nas comunidades em que são realizadas as práticas hoteleiras.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável do destino ganhou força entre os consumidores (CARRIGAN; MORAES; MCEACHERN, 2013) e passou a ser um importante fator de competitividade entre os empreendimentos hoteleiros (HAN; YOON, 2015). Para Coelho (2018) a adesão ao movimento sustentável passou a ser uma forma de diferenciação e/ou continuidade no mercado.

Ao setor hoteleiro, como um dos agentes da atividade turística, é exigido a incorporação de práticas sustentáveis que diminuam os efeitos negativos que o turismo pode gerar no âmbito ambiental, social e econômico nos destinos (CARRIGAN et al., 2013; CARRIGAN, 1995). Embora as ações sejam, em parte, executadas pelos gestores dos empreendimentos com objetivos de aumento da lucratividade, redução de custos e/ou divulgação da marca perante os consumidores (OLIVEIRA; ROSSETTO, 2014; REYNOLDS, 2013), ainda se faz necessário que sejam incorporadas.

Diante disso, este trabalho levanta as seguintes questões: Quais as práticas de sustentabilidade dos empreendimentos hoteleiros destacadas no Green Lodging Trends Report 2022 (GLTR) em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030? Quais os impactos destas práticas nos ODS's 8, 12 e 14 que citam o turismo e nos P's Prosperidade e Planeta? Quais são as perspectivas e desafios futuros para o setor hoteleiro maranhense em relação a sustentabilidade?

Dessa forma, o objetivo basilar deste trabalho é identificar as práticas de sustentabilidade dos empreendimentos hoteleiros destacadas no Green Lodging Trends Report 2022 (GLTR) em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Este objetivo tem como desdobramento os seguintes objetivos específicos: a) apresentar as práticas de gestão sustentável nos hotéis do GLTR sob a ótica de dois dos cinco P's dos ODS's – Pessoas, **Prosperidade**, **Planeta**, Paz e Parcerias; b) traçar comparativo entre as metas e indicadores estabelecidos nos ODS com os resultados do relatório GLTR; c) sugerir práticas sustentáveis para incremento da ESG (SGA) no setor hoteleiro maranhense.

Buscou-se, então, identificar por meio de um estudo documental, a compreensão e utilização das práticas de sustentabilidade apresentadas no relatório GLTR integrado aos ODS's da Agenda 2030 nas organizações do setor hoteleiro. Em específico, daqueles que se relacionam explicitamente com o turismo, ODS 08, relacionado ao P de prosperidade, ODS 12 e ODS 14, relacionados ao P de Planeta. Trata-se de um estudo exploratório e comparativo com abordagem qualitativa com o intuito de percorrer e associar os dados presentes no relatório estudado aos ODS. Para isso, foram coletados dados secundários acerca das práticas e ações sustentáveis de hotéis de diferentes portes e nacionalidades.

A pesquisa justifica-se pelo forte apelo e discussões a respeito dos ODS nos últimos anos, fazendo um paralelo entre turismo e sustentabilidade, e a importância da integração entre os temas abordados, tanto para o setor de turismo quanto para a sociedade, planeta e humanidade. Alguns aspectos sobre a sustentabilidade destacam a necessidade deste estudo: em primeiro, a escala temporal da sustentabilidade é um problema, uma vez que a econômica pode ser medida de imediato, porém em relação à social e ambiental, podem durar anos e até mesmo gerações para serem observados seus impactos na sociedade. Em segundo, a sustentabilidade é uma jornada infindável, observando as mudanças globais e comportamentos dos consumidores (COELHO, 2018).

Estudos corroboram a necessidade desta pesquisa, pois embora muitos empresários do setor estejam engajados com a sustentabilidade, uma pequena parcela entende a questão mais profundamente como aspectos climáticos, impactos diversos na sociedade e no meio ambiente (MCKERCHER et al., 2014), o que reforça a necessidade de compreensão do objetivo deste trabalho. A exemplo disto, Kietäväinen e Tuulentie (2013) destacam que o tema das mudanças climáticas é discutido entre os negócios ainda como um assunto vago e que deve afetar a longo prazo e não de imediato. Outro exemplo acerca do tema é citado por McKercher et al. (2014), quando destacam que as organizações do setor consideram que as ações dos colaboradores

pouco influenciam no produto final. Além disso, acredita-se que a incorporação de práticas sustentáveis irá elevar os custos e diminuir a competitividade (BRAMWELL; LANE, 2013).

Este trabalho está estruturado em 6 capítulos, iniciando por esta introdução que teve como objetivo apresentar as justificativas de realização deste trabalho, juntamente com os seus objetivos e problemática. O segundo capítulo abrange o contexto dos ODS, seus conceitos, características, panorama histórico e relação com o turismo. O terceiro capítulo aborda a sustentabilidade e o setor hoteleiro, como se relacionam e interagem entre si, além de destacar a importância da SGA e certificações para o setor hoteleiro e relação com os ODS. O quarto capítulo apresenta os aspectos metodológicos deste trabalho e são apontadas as metodologias de investigação empregadas para o alcance dos resultados apresentados no capítulo seguinte. O quinto capítulo apresenta os resultados e as discussões, fazendo a relação entre turismo e ODS e as vantagens deste para o setor hoteleiro. Por fim, o último capítulo traz as conclusões deste trabalho, juntamente com a síntese da pesquisa, seus entraves, limitações e sugestões para próximas pesquisas neste tema.

2 OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): panorama histórico e relação com turismo

Os impactos negativos causados no planeta gerados a partir das ações do ser humano são visíveis ao longo dos anos. Com o intuito de mitigar tais ações e garantir uma vida digna e saudável para as próximas gerações, a Organização das Nações Unidas (ONU) na sua Sede em Nova York criou em setembro de 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que viriam a ser substituídos em setembro 2015 pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Os ODM foram um conjunto de oito objetivos, que contavam com 21 metas e 60 indicadores a serem cumpridos até 2015, acordados por mais de 190 países, sendo eles: 1. Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome, 2. Universalizar a Educação Primária, 3. Promover a Igualdade de Gênero e a Autonomia das Mulheres, 4. Reduzir a Mortalidade na Infância, 5. Melhorar a Saúde Materna, 6. Combater o HIV/AIDS a Malária e Outras Doenças, 7. Assegurar a Sustentabilidade Ambiental e 8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento (ROMA, 2019). O marco fundador dos ODM entrou para história com o nome de “Declaração do Milênio das Nações Unidas”, adotada de forma unânime pelos representantes dos países integrantes da ONU, na chamada “Cúpula do Milênio das Nações Unidas” que ocorreu entre os dias 6 e 8 de setembro de 2000, na sede da ONU em Nova York (ROMA, 2019).

A construção dos ODS, evolução dos ODM, foi um processo de experiências, debates e negociações mundiais que tiveram início em 2013, ao qual o Brasil teve forte participação, principalmente em relação à erradicação da pobreza (ESTRATÉGIA ODS, 2016). Os ODS têm quatro dimensões principais: **social**: *“relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça”*; **ambiental**: *“trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas”*; **econômica**: *“aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros”* e **institucional**: *“diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS.”* (ESTRATÉGIA ODS, 2016).

O marco fundador dos ODS foi o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, adotado pelos representantes dos países integrantes da Assembleia Geral da ONU em 25 de setembro de 2015, no qual os membros concordaram que um dos principais compromissos seria engajar todos os países não deixando nenhum para trás (ROMA, 2019).

Vale destacar, que os ODS são empreendidos para “[...] combater as desigualdades, acabar com todas as formas de pobreza e combater as mudanças climáticas” (COELHO, 2018, p. 20). De acordo com a UN (2015), a nova agenda torna-se mais qualificada e ambiciosa em relação às anteriores pois considera todas as ações para o Desenvolvimento Sustentável, independentemente de qual esfera a realiza: “[...] Estados, sociedade civil e o setor privado” (COELHO, 2018, p. 20).

Composta de 17 objetivos, os ODS da Agenda 2030 são organizados a partir de 5 P’s: planeta, pessoas, prosperidade, paz e parceria. Com base em Simães et al. (2018) e Coelho (2018), as relações entre cada P e ODS são apresentadas no quadro 1:

Quadro 1 – Relação entre 5Ps, ODS e seus objetivos

5 P’s	ODS		Objetivo
Pessoas: <i>“[...] acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável”</i>	1	Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares
	2	Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
	3	Saúde e bem-estar	Garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades
	4	Educação de qualidade	Garantir educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
	5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Prosperidade: <i>“[...] assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza”</i>	7	Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
	8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
	9	Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
	10	Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
	11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
Planeta:	6	Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos

<i>“[...] proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras”</i>	12	Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
	13	Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
	14	Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
	15	Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade
Paz: <i>“[...] promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável”</i>	16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
Parcerias: <i>“[...] mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes</i>	17	Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

<i>interessadas e todas as pessoas</i>			
--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base nas informações da UN (2015, p. 2) e nos estudos de Simaens et. al. (2018) e Coelho (2018).

Cada ODS possui metas e indicadores específicos, totalizando 169 metas e 254 indicadores, dos quais 10 não se aplicam ao Brasil (IBGE, 2023). Além das metas e indicadores estabelecidos pela ONU para cada ODS, o Brasil adaptou as metas e indicadores à realidade do país sem diminuir sua abrangência. As metas foram ajustadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), atribuição recebida pela Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS).

O relatório contou com a colaboração de 75 órgãos do governo e centenas de gestores e técnicos ligados ao governo federal, além de consultas públicas (SILVA, 2018). Silva (2018, p. 9) ainda destaca que “[...] com essa iniciativa, o Brasil passa a ser um dos poucos países do mundo a dispor de um instrumento que orienta a territorialização dos ODS, mantendo a abrangência e a ambição da proposta original”. As adaptações justificam-se por motivo das muitas especificidades do país e algumas vezes não ser representado nos acordos globais (SILVA, 2018). A respeito do alcance das metas, o Instituto afirma que “[...] em alguns casos, o Brasil já alcançou as metas estabelecidas; em outros, essas referem-se a problemas que não são observados internamente, ou não contemplam questões de grande relevância para o país” (SILVA, 2018, p. 13).

No que tange às alterações das metas da Agenda 2030 para o Brasil, o IPEA informa que:

[...] de um total de 169 metas globais encaminhadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), 167 foram consideradas pertinentes ao país, ainda que muitas delas tenham requerido alterações no texto para se adequarem às especificidades nacionais. [...] 128 metas foram alteradas, tendo em vista a necessidade de adequá-las à realidade brasileira, ou de conferir mais clareza ao seu conteúdo original ou, ainda, de quantificá-las com maior precisão. Também observa-se que foram criadas 8 novas metas, totalizando 175 metas nacionais, sendo que 99 delas foram classificadas como finalísticas e 76, como de implementação (SILVA, 2018, p. 20).

As metas são classificadas como finalísticas quando relaciona-se diretamente com o objeto do ODS que se deseja alcançar, e de implementação quando necessita de aspectos institucionais e ferramentas: legislação, planos, políticas públicas e programas para alcançar o ODS específico (SILVA, 2018). A classificação dos indicadores é definida em três níveis pela ONU:

Nível 1: O indicador é conceitualmente claro, tem uma metodologia estabelecida internacionalmente e padrões estão disponíveis, e os dados são produzidos regularmente pelos países para pelo menos 50 por cento dos países e da população em todas as regiões onde o indicador é relevante.

Nível 2: O indicador é conceitualmente claro, tem uma metodologia estabelecida internacionalmente e padrões estão disponíveis, mas os dados não são produzidos regularmente pelos países.

Nível 3: Nenhuma metodologia ou padrão estabelecido internacionalmente está disponível para o indicador, mas a metodologia/padrão está sendo (ou será) desenvolvida ou testada. (UN, 2022, p. 2).

A atividade turística pode contribuir para a consecução dos ODS, sendo citado explicitamente em três destes, a saber: ODS 8: Meta 8.9 “*Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais*”; ODS 12: Meta 12b “*Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais*”; e ODS 14: Meta 14.7 “*Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo*” (UN, 2015, p. 20, 23-24). Porém, uma análise sobre os demais ODS, permite associá-los ao turismo, promovendo impactos diretos ou indiretos em todos os 17 ODS, tornando-o um forte multiplicador e acelerador dos objetivos.

Em 2017, ano Internacional do Desenvolvimento do Turismo Sustentável, a OMT elaborou vários documentos com o intuito de demonstrar as possíveis contribuições que o Turismo poderia auxiliar na Agenda 2030. De acordo com UNWTO (2018), o turismo pode contribuir com os 17 ODS da seguinte forma:

Quadro 2 - O setor do Turismo e o seu contributo para atingir os ODS.

ODS		Contribuição do Setor Turístico
1	Erradicar a Pobreza	O Turismo pode aumentar o rendimento das comunidades através do aumento de postos de trabalho e criação de emprego.
2	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional e garantir a agricultura sustentável.	O Turismo pode garantir a agricultura sustentável promovendo a produção e o fornecimento de produtos locais aos estabelecimentos hoteleiros. Por outro lado, o agroturismo poderá ser um ponto chave para o aumento dos rendimentos das comunidades através do aumento do valor do Turismo de experiência.
3	Garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar em todas as idades.	As receitas fiscais e as taxas por visitante geradas pelo Turismo devem ser reinvestidas nos serviços e cuidados de saúde, reduzindo a mortalidade infantil e prevenindo doenças, principalmente nas comunidades mais desfavorecidas.
4	Garantir uma educação equitativa de qualidade e promover a aprendizagem contínua ao longo da vida para toda a população.	Os rendimentos provenientes do setor do Turismo podem ser investidos na educação, de forma a melhorar a formação e o profissionalismo da força de trabalho.
5	Garantir a igualdade de género.	O Turismo pode ser uma ferramenta para as mulheres se tornarem mais integradas e liderarem em todos os aspetos a sociedade.

6	Garantir a total disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para toda a população.	Uso eficiente das águas, controle da poluição e eficiência tecnológica nas atividades turísticas. Adicionalmente, um investimento controlado na higiene e saneamento desempenha um papel fundamental no acesso a toda a população.
7	Garantir o acesso a uma energia limpa, renovável e sustentável para toda a população.	Ao promover o investimento em fontes de energia renováveis, o Turismo pode ajudar a reduzir os gases de efeito de estufa, mitigar as alterações climáticas e contribuir para o acesso de energia para toda a população.
8	Promover um crescimento económico sustentável e garantir emprego para todos.	Dado que o setor do Turismo emprega 1 em cada 10 pessoas no mundo, decentes oportunidades de trabalho e políticas que aumentem a diversificação na cadeia de valor do Turismo, podem aumentar os impactos socioeconómicos no mundo.
9	Promover a construção de infraestruturas, a industrialização sustentável e a inovação.	O desenvolvimento do Turismo depende de boas infraestruturas quer a nível público, quer a nível privado. Desta forma, este setor pode influenciar as políticas públicas para a atualização e modernização das infraestruturas tornando-as mais sustentáveis, inovadoras e eficientes.
10	Reduzir as desigualdades a nível nacional e internacional.	O Turismo pode dar oportunidades às populações de prosperarem na sua comunidade através da contribuição para a renovação urbana e o desenvolvimento rural. Desta forma, o Turismo contribui para a integração económica e diversificação das comunidades.
11	Tornar todas as cidades sustentáveis, seguras e resilientes.	O setor turístico pode promover a reabilitação urbana e a construção de infraestruturas que tornem as regiões turísticas mais acessíveis, e em simultâneo preservar o património cultural e natural, ativos dos quais depende. A construção de infraestruturas com vista a uma maior eficiência dos transportes e redução da poluição, poderá tornar as cidades mais inteligentes (<i>smart cities</i>) e ecologicamente preocupadas (<i>green cities</i>), para os locais e para os turistas.
12	Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis	O Turismo precisa de adotar medidas de consumo e produção sustentáveis, acelerando assim o caminho para a sustentabilidade. A criação de ferramentas que consigam combater os impactos negativos do desenvolvimento nas águas, energias, resíduos ou biodiversidade, irá resultar em melhores resultados económicos, sociais e ambientais.
13	Tomar medidas urgentes para combater os impactos negativos das alterações climáticas.	Todos os <i>stakeholders</i> devem desempenhar um papel conjunto para conseguirem combater as alterações climáticas, seja tornando o setor de transportes mais eficientes, ou construindo <i>green infraestrutures</i> .
14	Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos.	Dado que um ecossistema marinho saudável é a base para o Turismo costeiro e marítimo, deve ser feita uma gestão integrada da zona costeira, a fim de ajudar a conservar e preservar os ecossistemas marinhos frágeis.
15	Proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres e mitigar a perda de biodiversidade.	A biodiversidade e o património natural são das principais razões pelas quais os turistas visitam um destino. Desta forma, o Turismo pode ter um papel importante na conservação e preservação da biodiversidade.
16	Paz, justiça e instituições integrais para toda a sociedade.	Dado que o Turismo move inúmeras interações entre pessoas das mais diversas origens culturais, pode promover a compreensão e tolerância multicultural e inter-religiosa, estabelecendo as bases para uma sociedade mais pacífica.

17	Parcerias a nível global para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável.	Dado a sua natureza intersetorial, o Turismo tem a capacidade de criar e fortalecer parcerias público-privadas, assim como envolver vários <i>stakeholders</i> , com o intuito de alcançar os ODS e outros objetivos comuns.
----	---	--

Fonte: UNWTO (2018, p. 16-17)

Dessa forma, evidencia-se que o turismo pode ser um aliado dos ODS, alavancando seu alcance por meio de ações isoladas e conjuntas de seus stakeholders. Nesse sentido, como objeto de estudo deste trabalho, a hotelaria tem forte impacto no cumprimento das metas dos ODS da Agenda 2030 que são apontados neste estudo.

2.1 Crescimento econômico inclusivo e sustentável no turismo (ODS 8)

Crescimento econômico inclusivo trata-se de “uma combinação de melhores padrões de vida, menos desigualdade de renda, mais oportunidades e menos pobreza extrema” (UN, 2015).

Corseuil et al (2019) afirmam que o crescimento econômico não fornece garantias de melhorias sociais e a depender do modelo adotado pode contribuir para degradar ainda mais o meio ambiente. Por outro lado, sua ausência dificultaria os avanços sociais e investimentos em mudanças de consumo e produção para padrões mais sustentáveis.

Os autores ainda relatam que o crescimento econômico e o trabalho decente são aspectos necessários, porém ainda insuficientes para o país encontrar um modelo de desenvolvimento que se caracterize como sustentado a longo prazo, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável (CORSEUIL et al., 2019).

O conceito de trabalho decente foi inicialmente lançado, em 1999, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) o qual se caracteriza por ser “sinônimo de trabalho produtivo, no qual os direitos são protegidos, o que gera renda adequada com proteção social adequada. Também significa trabalho suficiente, no sentido de que todos devem ter pleno acesso a oportunidades de geração de renda” (OIT, 1999, p. 15). Dessa forma, o trabalho decente tem grande impacto quando associado ao crescimento econômico em todas as esferas e grupos sociais e consequentemente à sustentabilidade.

No Brasil, o conceito surgiu, em 2003, em um pacto firmado entre o governo brasileiro e a OIT para a Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), lançada em 2006 (SEEL, 2014).

Por se tratar de um setor com forte impacto na geração de emprego e na contribuição ao PIB global, alcançando, em 2019, 10,3% e, em 2021, após a pandemia do Covid-19, 6,1% (WTTC, 2022), o turismo tem um papel importante para as comunidades alcançarem empregos dignos e desenvolvimento econômico, porém ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que as metas do ODS 8 sejam alcançadas.

Nos últimos anos, o trabalho no setor de turismo tem refletido à precarização pelo forte apelo às novas tecnologias e plataformas digitais, e com estas, novas formas de trabalho. Izquierdo, Rodríguez e Devesa (2016) destacam que o setor tem sido um dos mais propícios à adesão da economia digital devido sua base estar centrada na maioria de seus segmentos – hospedagem, alimentação, transporte, agência de viagens e cultura e lazer.

Tal adesão, contribui para a precarização do trabalho no setor, definido pela OIT (2019) como a decorrência da transferência das responsabilidades e riscos por parte do empregador ao empregado. Para reforçar este conceito, Kalleberg (2009, p. 21), define o trabalho precário como "incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo". Entretanto, tais práticas ocorrem tanto formalmente quanto informalmente, gerando insegurança e incertezas aos trabalhadores.

Os meios de hospedagem devem, então, garantir uma cultura de políticas internas fortes que favoreçam o trabalho decente aos seus colaboradores, e externa, colaborando com a comunidade, como exemplo, para acabar com práticas abusivas de trabalho. Autores como Bolwell e Weinz (2008) declaram que o turismo pode ser um aliado à extinção da pobreza, enquanto Cruz (2018) afirma que a atividade potencializa a desigualdade devido a exploração de mão-de-obra barata. Este debate salienta a atenção que se deve ter em relação as práticas exercidas pelos empreendimentos turísticos a respeito da cultura de políticas trabalhistas anteriormente mencionadas.

O trabalho decente foi incorporado ao objetivo 1 dos ODM, que se referia a erradicação da pobreza e da fome (UN, 2000), ganhando mais destaque na agenda 2030 no ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), que tem como objetivo principal “*Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos*”, integra-se a um dos 5 P’s (Prosperidade) e contém 12 das 169 metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (UN, 2015). Vale ressaltar que, das metas presentes no ODS 8, temos o turismo em evidência (8.9), declarando que “Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais” (UN, 2015).

Dentre as 12 metas globais, segundo a adequação elaborada pelo Brasil, apenas 11 se aplicam ao país como elenca o quadro 3, havendo adequações nas 11 metas, dentre estas, são 9 finalísticas e 2 de implementação (SILVA, 2018):

Quadro 3 - Metas ODS 8: Globais (ONU) e Propostas (Brasil)

8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico		
Metas	Metas globais (Nações Unidas)	Metas propostas (Brasil)
8.1	Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.	Registrar um crescimento econômico <i>per capita</i> anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030.
8.2	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.	Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão-de-obra.
8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.	Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.
8.4	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.	Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).
8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.
8.6	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.	Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.
8.7	Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.	Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.
8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.	Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.
8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos	Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável,

	e promove a cultura e os produtos locais.	acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.
8.10	Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.	Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos.
8.a	Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [<i>Aid for Trade</i>] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.	Não aplicável ao Brasil.
8.b	Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].	Até 2020, desenvolver e operacionalizar um plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude, tendo como marcos referenciais: <i>i</i>) a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude; <i>ii</i>) o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; e <i>iii</i>) o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fonte: SILVA (2018)

A meta que apresenta o turismo como foco do desenvolvimento sustentável (8.9), trata-se de uma meta de implementação, que teve sua adaptação justificada como “Além da geração de empregos, foram acrescentadas à meta as questões relativas às condições de trabalho dos empregos gerados, a distribuição de renda, a acessibilidade e a responsabilidade, por estarem inseridas nas ações do Ministério do Turismo” (SILVA, 2018, p. 213).

Tem como indicadores globais os seguintes “8.9.1 PIB direto do turismo como percentual do PIB total e na taxa de crescimento: e 8.9.2 Percentual de postos de trabalho na indústria de turismo sustentável do total de postos de trabalho no setor de turismo” (SILVA, 2018, p. 213), sendo os indicadores nacionais propostos pelo país “8.9.1 Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação: e 8.9.2 Percentagem de empregos nos ramos de atividade relacionados com turismo sustentável, no emprego total do turismo” (IPEA, 2019).

Tais indicadores não se encontram computados pelo IPEA, ou por falta de metodologia clara (Tier III) ou por falta de dados disponíveis para aplicação do indicador (Tier II). Isso implica na medição da meta, tornando inviável ou falha, quando analisados os impactos no Brasil.

2.2 Padrões de consumo e de produção sustentáveis (ODS 12)

A Lei nº 12.305 de 2 de Agosto de 2010, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, define no Artigo 3º Inciso XIII padrões sustentáveis de produção e consumo como “[...]”

produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras” (BRASIL, 2010).

As previsões para 2050, segundo o relatório publicado pelo Department of Economic and Social Affairs - DESA, estima que a população chegará ao número de 9.772 bilhões de pessoas (DESA, 2017). Tal estimativa torna-se preocupante quando considerados os padrões de consumo e produção necessários para atender as demandas atuais. Dado que, atualmente, já se consome mais do que o planeta consegue repor, deve-se mudar os padrões de consumo e produção atuais para práticas sustentáveis visando a preservação do meio ambiente e a diminuição do desequilíbrio social (Conselho Superior da Justiça do Trabalho [CSJT], 2014).

De acordo com o Relatório Planning for Change do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2008), consumo e produção sustentáveis são definidos como

a produção e uso de bens e serviços que satisfaçam as necessidades básicas e proporcionem uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que minimizem o uso de recursos naturais, materiais tóxicos e a emissão de lixo e poluição durante o ciclo de vida, de forma a não prejudicar as necessidades das gerações futuras (UNEP, 2008, p.21).

Segundo Da Costa e Da Motta (2020, p. 7) consumo responsável trata-se do processo que:

[...] o comprador responsabiliza-se pelo produto que obtém antes da aquisição, avaliando todo o ciclo de vida do mesmo, e assimilando, desta forma, que o impacto gerado no meio ambiente natural e humano vai muito além da ocasião da compra, envolvendo também os processos de produção e descarte do objeto.

Além de destacar que o consumo é o grande responsável pela mudança na produção, as autoras ainda destacam que por esse motivo os conceitos de consumo e produção sustentáveis caminham juntos (DA COSTA; DA MOTTA, 2020). Para que os padrões de consumo e produção alcancem níveis significativos de sustentabilidade devem ocorrer muitas mudanças de pensamentos (FREITAS, 2016).

As ações que visam implementar métodos de sustentabilidade nos padrões de consumo e produção são urgentes, caso contrário os gastos serão ainda maiores no futuro (STERN, 2006). Nota-se que, trata-se de um movimento coletivo, não somente o consumidor deve se atentar às suas compras, como também os provedores de bens, serviços e produtos. Sendo a produção destinada ao consumo, ambos devem ser sustentáveis (SOUZA, 2015), dessa forma, seria incongruente comprar de forma sustentável para utilizar de forma insustentável.

Do ponto de vista empresarial, deve-se atentar às práticas empreendidas internamente com o foco em sua responsabilidade perante a sociedade. Dessa forma, é importante a implementação de ferramentas que auxiliem na produção limpa e sustentável para que o consumo assim também seja. Uma forma de atingir tal objetivo é trabalhar com os ODS,

disseminando as práticas desenvolvidas para toda cadeia produtiva da organização e, assim, incentivando os mesmos a seguir tal processo.

Segundo Kotler e Keller (2013, p. 382) o serviço é definido como “[...] qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada”. Na atividade turística, e em específico a hoteleira, o consumo ocorre ao mesmo tempo que a produção caracterizando a inseparabilidade do serviço (KOTLER e KELLER, 2006). Além desta, destaca-se ainda a intangibilidade, o serviço não pode ser usado de nenhuma forma antes de adquirido; a variabilidade, os serviços são variáveis, devido a percepção de cada um que os adquire em tempos e locais diferentes; por fim, a perecibilidade, serviços não são estocáveis (KOTLER, 2006). Tais características apontadas pelos autores revelam a importância de um planejamento assertivo para as organizações hoteleiras quanto a sua preparação mercadológica, uma vez que um dia sem ocupação em uma Unidade Habitacional, não se recupera nos dias seguintes. A atenção ao consumo e produção interna, além de ferramentas que auxiliem na diminuição nos gastos e nos impactos negativos do setor hoteleiro podem e devem ser um diferencial competitivo. Para Valle (2010), o empreendimento hoteleiro é gerador de diversos tipos de resíduos, reafirmando assim a preocupação anteriormente destacada.

O ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) tem como objetivo “*Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis*” integrando o chamado P (Planeta) e possui 11 dentre as 169 metas globais, incluindo a meta 12b que aborda o turismo e declara “*Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais*” (UN, 2015).

Dentre as 11 metas globais, foi criada uma nova meta (12.3) na adequação ao Brasil, somando-se 12 metas. Estas se dividem da seguinte forma: 5 finalísticas e 7 de implementação todas as metas se aplicam ao país, como elenca o quadro 4, havendo adequações em 8 das 12 metas (SILVA, 2018):

Quadro 4 - Metas ODS 12: Globais (ONU) e Propostas (Brasil)

12. Consumo e Produção Responsáveis		
Metas	Metas globais (Nações Unidas)	Metas propostas (Brasil)
12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em	Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados

	desenvolvimento.	
12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.	Meta mantida sem alteração.
12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.	12.3.1br Até 2030, reduzir o desperdício de alimentos per capita nacional, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
		12.3.2br Estabelecer marco regulatório para a redução do desperdício de alimentos no Brasil.
12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.	Meta mantida sem alteração.
12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reuso de resíduos.
12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, bancos de dados e ciclo de relatórios.
12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.	Promover práticas de contratações e gestão públicas com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).
12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis	Meta mantida sem alteração.

	de produção e consumo.	
12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.
12.c	Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas.	Meta mantida sem alteração.

Fonte: SILVA (2018)

A meta (12.b), que aponta o turismo como evidência, trata-se de uma meta de implementação, sendo sua adaptação justificada com o intuito de “[...] aperfeiçoar a redação original da ONU, detalhando a expressão ‘turismo sustentável’ de acordo com o que foi proposto na meta 8.9: – ‘que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais’” (SILVA, 2018, p. 322).

Tem como indicador global os seguintes “12.b.1 Número de estratégias ou políticas de turismo sustentável e planos de ação implementados com instrumentos de monitoramento e avaliação acordados – (Tier III)” (SILVA, 2018, p. 322), sendo o indicador nacional proposto pelo país “12.b.1 - Número de estratégias ou políticas e planos de ação implementados em turismo sustentável com ferramentas de monitoramento e avaliação acordadas.” (IPEA, 2019).

O indicador não encontra-se ainda elaborado e computado pelo IPEA, pois de acordo com o instituto, trata-se de um indicador com pouca metodologia clara (Tier III). Dessa forma, torna-se inviável a avaliação quanto ao desempenho do país nesta meta.

2.3 Vida na água (ODS 14)

Dentre os ODS que colocam o turismo em destaque inserido em suas metas, o ODS 14 pode ser considerado aquele que está mais diretamente ligado às práticas de turismo, tais como sol e praia, ecoturismo, turismo de natureza, turismo náutico etc. Sendo assim, deve-se perceber antes de tudo a importância desses ecossistemas para a atividade turística das diversas regiões

que se utilizam desta para consolidar o turismo sustentável. Segundo Gabarda-Mallorquí (2017), o turismo depende em boa parte dos recursos hídricos, que muitas vezes determina as atividades que os turistas podem desfrutar. Por outro lado, deve-se também considerar a capacidade de carga e os impactos que a atividade pode causar aos recursos hídricos, gerando mais lixo, esgoto, degradação, poluição etc.

Leite (2007), destaca que o ponto crítico da relação entre turismo e meio ambiente encontra-se no fato de que a medida que o turismo se vale dos recursos e gera demanda maior que a capacidade do local, o meio ambiente pode ter perdas irreversíveis tais como: ecossistema desequilibrado, deterioração dos recursos naturais, perda da biodiversidade, erosão dentre outros. Percebe-se que, o turismo é dependente dos recursos naturais, e por esse motivo precisa de um planejamento para então exercer suas atividades de maneira sustentável.

Nesse sentido, precisa-se ter uma boa gestão dos recursos marinhos, para só então praticar a atividade turística. Levando em consideração que os oceanos são responsáveis por 5% do PIB global, os impactos negativos são tão expressivos quanto em qualquer outro setor do ponto de vista sustentável (UN apud FUNDAÇÃO MUDES, 2022). No Brasil, há aproximadamente 3,5 milhões de km² de oceano, sendo que, em 2010, 24% da população brasileira viviam na zona costeira, impactando fortemente a pressão sobre o ecossistema (VIANA, 2019).

O ODS 14 (Vida na Água), que tem como objetivo central *“Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”* (UN, 2015), visa colaborar com a mitigação dos impactos causados pelo ser humano aos mares e oceanos. Tal objetivo possui 10 metas e, dentre estas, a meta 14.7, que associa o turismo como forma de conservação dos mares: *“Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os SIDS e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo”* (UN, 2015).

Dentro do conhecido com P (Planeta), o ODS 14 possui dentre as 10 metas globais, 3 metas finalísticas e 7 de implementação, além de 3 destas serem adaptadas ao país conforme aponta o quadro 5 abaixo (SILVA, 2018):

Quadro 5 - Metas ODS 12: Globais (ONU) e Propostas (Brasil)

14. Vida na Água		
Metas	Metas globais (Nações Unidas)	Metas propostas (Brasil)
14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos	Meta mantida sem alteração.

	marinhos e a poluição por nutrientes.	
14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.	Meta mantida sem alteração.
14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.	Meta mantida sem alteração.
14.4	Até 2020, efetivamente regular a pesca, acabar com a sobrepesca, com a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e com as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, de forma a recuperar os estoques pesqueiros no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.	Meta mantida sem alteração.
14.5	Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.	Até 2020, conservar pelo menos 25% das zonas costeiras e marinhas, principalmente áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens marinhas mais amplas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.
14.6	Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca INN, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.	Até 2020, avaliar certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobrepesca, considerando a eliminação dos subsídios que contribuam para a pesca INN, e abstendo-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.
14.7	Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os SIDS e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.	Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo.

14.a	Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e SIDS.	Meta mantida sem alteração.
14.b	Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.	Meta mantida sem alteração.
14.c	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro que queremos”.	Meta mantida sem alteração.

Fonte: SILVA (2018)

A meta 14.7 trata-se de uma meta de implementação, tendo sua adaptação justificada com

[...] embora a redação da meta não faça referência ao grupo de países ao qual o Brasil pertence, a redação do indicador torna evidente que a meta 14.7 também se aplica ao país. Desta forma, uma vez que a meta global é aplicável à realidade do país, a meta nacional adaptada deve incorporar na sua redação a expressão “e para todos os países” (SILVA, 2018. p. 363).

O indicador global que compõe este ODS é um indicador Tier III que aponta a “14.7.1 Pesca sustentável como percentual do PIB nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e em todos os países” (SILVA, 2018, p. 363), sendo o indicador adaptado ao país o seguinte “14.7.1 - Pesca sustentável como uma proporção do Produto Interno Bruto (GDP) de pequenos Estados insulares em desenvolvimento, (Small Islands Developing States), de países menos desenvolvidos e todos os países” (IPEA, 2019).

Não existem dados calculados pelo IPEA para realização da análise do cenário brasileiro quanto a meta e indicador para alcance destes. É de extrema relevância para o desenvolvimento sustentável que estes dados sejam elaborados para que o país possa se posicionar favorável aos avanços globais.

A falta dos dados demonstrada nos ODS citados neste capítulo aponta a importância destes e da sustentabilidade para o setor hoteleiro uma vez que este é um dos principais segmentos dentre a atividade econômica do turismo, e, sem estes, torna-se incerto o real cenário do setor quanto ao desenvolvimento sustentável.

3 Sustentabilidade e o setor hoteleiro

O setor de turismo como um todo, e a hotelaria em especial, devem ter em suas estruturas organizacionais e gerenciais a ética ambiental, já que em muitos aspectos dependem dele para a sobrevivência de seus negócios (GONÇALVES, 2004; BUCKLEY, 2010).

O conhecimento sobre sustentabilidade e sua aplicação dentro do setor de hospedagem vem sendo muito utilizado, tanto no que tange a preocupação como fator de competitividade, pois estes ganham destaques, quanto ao reconhecimento na realização dos atos de impactos positivos da sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade surgiu no turismo brasileiro, em 2001, com a visão de elevar a competitividade de hotéis de pequeno e médio porte por meio da adoção de práticas sustentáveis, através de normas e certificações (MATOS; COSTA, 2012).

Como antes citado, os empreendimentos hoteleiros têm incluído em sua gestão as práticas sustentáveis, como forma de melhoria para o meio ambiente e para o sucesso do empreendimento, faz-se perceptível a intenção de juntar aquilo que é útil para a preservação ambiental com o agradável fato do desenvolvimento comercial do empreendimento.

Há alguns anos o setor hoteleiro mundial tem atuado na área da sustentabilidade, porém visando a redução de custo e desperdícios. O foco é a redução do impacto econômico dentro das finanças do empreendimento que são práticas benéficas ao ambiente, porém, o foco principal não está sendo o impacto que a implantação de práticas sustentáveis traz de benefícios ao meio ambiente (RICCI, 2002). A partir do momento que emergiu no mundo o conceito de desenvolvimento sustentável, Borges et al. (2015, p. 608) afirmam que “os meios de hospedagem passaram a ter atitudes menos danosas ao ambiente por meio da reavaliação de suas ações e da conscientização de seus colaboradores”.

A hotelaria pode se apropriar de várias técnicas e inovações para garantir o desenvolvimento sustentável dentro dos empreendimentos, garantindo eficácia e diminuição dos impactos causados na atividade, podendo resultar a um médio e longo prazo cerca de 38% de lucratividade para a organização (GALPIN, WHITTINGTON e BELL, 2015). Ações como reciclagem, utilização de energias renováveis, sistemas que garantem a economia de energia elétrica, entre outros, são alguns meios pensados como solução criativa. A certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), apesar de ter um custo elevado devido a apropriação de tecnologias eco eficientes, é uma das iniciativas que podem ser implementadas nos hotéis e resultar em uma economia e sustentabilidade a longo prazo de aproximadamente 40% do consumo de água e 25% de energia (GEERTS, 2014).

Para entender a relação entre hotelaria e a sustentabilidade, basta lembrar que o setor abarca cerca de 21% de toda pegada ecológica do turismo ao meio ambiente e sociedade (MELISSEN, VAN GINNEKEN e WOOD, 2016).

Por este motivo, a gestão hoteleira deve perceber os impactos causados pelos empreendimentos e agir para diminuir os aspectos negativos e elevar os positivos por meio de ações que agreguem valor a sua marca e favoreça a comunidade e os interessados. Dessa forma, entende-se a sustentabilidade hoteleira como:

um conjunto de estratégias mercadológicas que encontram as necessidades atuais dos hóspedes, dos *stakeholders* e dos operadores turísticos sem comprometer a habilidade de apreciação futura destes mesmos indivíduos em se beneficiar desses mesmos serviços, produtos, recursos e experiência. Essa definição leva em consideração o caráter intergeracional, um dos primeiros princípios da sustentabilidade. (SLOAN, LEGRAND e KAUFMANN, 2014, p.53).

Tal estratégia auxilia nas tomadas de decisões dos gestores hoteleiros quanto as ações e propostas elaboradas para incremento da sustentabilidade nos empreendimentos hoteleiros, tendo como norte os princípios da sustentabilidade, afim de propor sistemas sustentáveis cada vez mais holísticos e integrados desenvolvimento sustentável.

3.1 Sistemas de Gestão Ambiental no setor hoteleiro: contribuições para a sustentabilidade

O setor hoteleiro é considerado um dos mais importantes da atividade turística, assim como pode ser um aliado ao desenvolvimento de determinada localidade, se mal planejado pode também ser um grande poluidor. Dito isso, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) implantado nos meios de hospedagem funciona como norteador para a implementação de práticas socioambientais nos empreendimentos hoteleiros. A ABNT NBR ISO 14001 (2015, p. 2) aponta SGA como sendo “parte do sistema de gestão usado para gerenciar aspectos ambientais, cumprir requisitos legais e outros requisitos, e abordar riscos e oportunidades”

Dentro da hotelaria, observa-se a necessidade de SGA's bem elaborados e justificados pelos benefícios causados às empresas, como por exemplo, redução de custos, imagem melhor, bom relacionamento com clientes e fornecedores e ética perante a sociedade. Para reforçar esse pensamento, Darnall et al. (2001, p. 56) destacam que:

A adoção de práticas de gestão ambiental altera profundamente o desempenho ambiental e econômico da organização ou destino, assim como seu relacionamento com fornecedores, consumidores, empregados, agências de financiamento e reguladores das políticas ambientais.

Vale destacar que, a implementação de um SGA nas empresas passa por todos os setores, participando todos os seus líderes, empregados e hóspedes, sendo geralmente adotado o ciclo PDCA para melhoria contínua. A Tour Operators' Initiative (2003), afirma que para um bom

desempenho de um SGA, é importante que seja assegurado um apoio a todos os envolvidos no processo de implementação, colaboradores, parceiros, comunidade e hóspedes.

Chan (2008), destaca seis obstáculos para uma gestão hotelaria eco eficiente, dentre estes, está a implementação e os custos de manutenção de um SGA. Embora a hotelaria esteja em um ponto privilegiado para a colaboração à sustentabilidade, os gestores hoteleiros precisam de uma visão holística e de longo prazo (MELISSEN et al, 2015).

Embora a sustentabilidade pode ser responsável por 38% da lucratividade dos empreendimentos a médio e longo prazo (GALPIN, WHITTINGTON e BELL, 2015), na hotelaria, onde as práticas sustentáveis são majoritariamente relacionadas à dimensão ambiental (SEGARRA-OÑA, et al., 2012; PRUD'HOMME e RAYMOND, 2013; GEERTS, 2014; DOS SANTOS, MÉXAS e MEIRIÑO, 2017), se torna retardatária na implementação de ações sustentáveis (MELISSEN, VAN GINNEKEN e WOOD, 2016). A queda desse obstáculo, é de suma importância para a implementação de uma gestão sustentável que também tenha foco em avanços nos resultados organizacionais que melhorem as relações com os parceiros e constitua estratégias organizacionais visando o todo, integrada onde todos participam (TYRRELL, PARIS e BIAETT, 2012; PÉREZ e DEL BOSQUE, 2014; MELISSEN, et al., 2015; SANTOS, MÉXAS e MEIRIÑO, 2017).

Os empreendimentos hoteleiros, desde redes internacionais a hotéis locais, possuem aspectos socioculturais, econômicos e ambientais que se atrelam de forma local, regional e mundial (SUSSKIND, 2014) e estes não devem ser esquecidos. Por essa razão “se encontram em uma confortável situação para realizar uma contribuição significativa ao desenvolvimento sustentável” (MELISSEN, et al., 2015, p. 228; DOS SANTOS, et al., 2016).

Os SGA's têm um grande apelo à sustentabilidade quando aderido pelas empresas, pois auxiliam no cumprimento das metas e objetivos sustentáveis elaborados por estas. Dessa forma, quando se avalia o grau de importância de cada ação destacada nos SGA's, nota-se que, ainda que o foco seja o lucro ou redução de gastos, a empresa está colaborando diretamente para o desenvolvimento sustentável. Vale destacar que, além do SGA, os empreendimentos hoteleiros têm investido em outras certificações com o objetivo de melhoria competitiva e ambiental.

3.2 Certificação Ambiental para o turismo e setor hoteleiro

O uso da padronização de bens e serviços teve seus primeiros passos no século XX, quando se registra importantes movimentos para este fim. De acordo com Yates e Murphy (2007), no ano de 1901, surge o Comitê para Normas de Engenharia empreendido por empresas

britânicas que no futuro seria a Associação Britânica de Normas de Engenharia, começando a surgir diversas outras em diferentes países.

Em 1946, a criação da Organização Internacional de Normalização (ISO), torna-se um importante instrumento para este movimento, sendo seu objetivo principal facilitar a padronização mundialmente por meio de normas globais. No ano de 1971, a ISO empreendeu três comitês técnicos voltados para a normalização de métodos e análises ambientais (NAHUZ, 1995; ISO, 2011), sendo esta década considerada um grande marco para a certificação ambiental mundial.

No Brasil, existem duas entidades capazes de estabelecer normas técnicas (NBR) e são responsáveis por integrar e representar o país nos comitês internacionais, são elas a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) (SOUZA e ALVARES, 2014).

Especialmente em relação ao turismo no país, as certificações sustentáveis tiveram seus primeiros passos, em 2002, com o Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PCTS), elaborado pelo Governo Federal por intermédio da Norma Nacional para Meios de Hospedagem – Requisitos para Sustentabilidade (NIH-54:2004) que vigorou de 2004 a 2007, sendo está encerrada por falta de recursos e pela sua complexidade (OLIVEIRA; ROSSETO, 2014).

De acordo com Geerts (2014, p. 87), as certificações no turismo e hotelaria têm três grandes objetivos, sendo eles: (i) promover a implementação voluntária das práticas sustentáveis entre os gestores dos empreendimentos de hospedagem; (ii) aumentar a lucratividade dos meios de hospedagem certificados; e (iii) fornecer, durante o processo de reserva, aos clientes em potencial, informações mais precisas sobre o seu desempenho ambiental. dessa forma, as certificações apresentam-se como instrumentos benéficos para os empreendimentos do setor e para a sociedade, visto que auxiliam nos processos sustentáveis internos e externos e criam confiabilidade e segurança perante os clientes e fornecedores.

Segundo Leal (2012), a gestão da água, energia e resíduos sólidos compõem os elementos principais das soluções sustentáveis. Na hotelaria, se justifica pelos resultados constantes: diminuição dos custos e posicionamento ambientalmente responsável da empresa. Matos e Costa (2014, p. 52) afirmam que os principais danos do turismo e da hotelaria no meio ambiente se concentram em “[...] esgotamento dos recursos naturais, no consumo de água e energia, na alteração da qualidade da água, nos efluentes de esgoto não tratados, no aumento da quantidade de lixo e na poluição do ar, pela emissão de gases na atmosfera”. Nesse sentido, as certificações têm o intuito de corrigir os erros e alavancar o desempenho sustentável do estabelecimento.

Algumas das principais certificações que têm caráter importante para o turismo e principalmente a hotelaria, sejam nacionais ou internacionais são: Leed - Leadership in Energy and Environmental Design; Aqua - Alta Qualidade Ambiental/HQE; ABNT NBR ISO 9001 – Sistemas de Gestão da Qualidade; ABNT NBR ISO 14001 – Sistemas de Gestão Ambiental; ABNT NBR ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social; ABNT NBR ISO 15401 – Meios de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos e ABNT NBR ISO 16534 – Meios de hospedagem – Indicadores para o sistema de gestão da sustentabilidade; que serão brevemente apresentadas nesta seção.

O Leadership in Energy and Environmental Design (LEED), criado pelo U.S. Green Building Council (USGBC), segundo os autores Cracknell e Abu-Hijleh (2015) é, atualmente, a certificação mais requisitada dentre os empreendimentos comerciais. Os autores declaram que embora não tenha ainda uma certificação específica para os meios de hospedagem, alguns empreendimentos conseguiram a certificação seguindo as diretrizes gerais do LEED (CRACKNELL; ABU-HIJLEH, 2015).

Os empreendimentos que buscam a certificação são avaliados em sete aspectos, sendo eles “[...] espaço sustentável, eficiência do uso da água, energia e atmosfera, materiais e recursos, qualidade ambiental interna, inovação e processos, e créditos de prioridade regional” (HERZER; FERREIRA, 2016, p. 38). Os níveis de certificação são definidos após a análise de acordo com a pontuação do empreendimento que variam entre: Certified (40-49 pontos), Silver (50-59 pontos), Gold (60-79 pontos) e Platinum (80+ pontos) (USGBC, 2023).

Os autores Nascimento e Maciel (2010), destacam que a certificação pode reduzir em um empreendimento cerca de 30% do consumo de energia e 50% de água, 35% da emissão de CO₂ e até 90% do descarte de resíduos.

A certificação Alta Qualidade Ambiental (Aqua), é uma adaptação à certificação francesa Haute Qualité Environnementale (HQE) aplicada ao Brasil somente pela Fundação Vanzolini (FUNDAÇÃO VANZOLINI, 2022).

O processo de implementação é composto por “[...] auditorias periódicas, momentos onde a equipe de auditoria constata a conformidade e avalia possíveis não conformidades de projeto de acordo com as solicitações de nossos referenciais técnicos” (FUNDAÇÃO VANZOLINI, 2022). Ainda segundo a Fundação, seus referenciais técnicos foram elaborados “[...] considerando a cultura, o clima, as normas técnicas e a regulamentação presentes no Brasil, mas buscando sempre uma melhoria contínua de seus desempenhos” (FUNDAÇÃO VANZOLINI, 2022).

A certificação ABNT NBR ISO 9001 – Sistemas de Gestão da Qualidade, tem como objetivo especificar as diretrizes para um Sistema de Gestão da Qualidade nos empreendimentos quando precisa apresentar a consistência de produtos, serviços e processos, alavancar a satisfação do cliente e dos processos internos corrigindo não conformidades (ABNT, 2015).

Já a ABNT NBR ISO 14001 – Sistemas de Gestão Ambiental, define os requisitos obrigatórios para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nos empreendimentos visando um melhor desempenho sustentável com base no ciclo PDCA. Para Curi (2011, p. 124) “o objetivo principal da ISO 14001 é conciliar as estratégias de prevenção de poluição com as metas econômicas da empresa, garantindo a sustentabilidade de seus negócios”. Peiró-Signes et al. (2014) e ABNT (2015), ainda acrescentam que tem o intuito de identificar e controlar os impactos negativos da organização, sejam nos produtos, processos ou serviços; aprimorar e elevar o posicionamento ambiental e organizacional, além de somar “valor à marca, oferecendo credenciais para a venda de produtos em um mercado globalizado” (SEVERO e GUIMARÃES, 2014, p.6).

A certificação ABNT NBR ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, tem o objetivo de fornecer a todas as organizações, conceitos, termos e definições acerca da responsabilidade social (ABNT, 2010). Também gerida pelo ciclo PDCA, esta norma depende de todos os colaboradores e principalmente da alta gestão, já que “esta normalmente exerce uma influência mais imediata nas atividades da organização” (ABNT, 2010, p.8).

Uma das certificações mais importantes para a hotelaria é a ABNT NBR ISO 15401 – Meios de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos, a qual foi criada em 2006 e atualizada em 2014, dirigida pelo ciclo PDCA, conforme as demais, e determina diretrizes para um sistema próprio de sustentabilidade para meios de hospedagem (MALTA e MARIANI, 2013). Tem por objetivo especificar

os requisitos relativos à sustentabilidade de meios de hospedagem, estabelecendo critérios mínimos específicos de desempenho em relação à sustentabilidade e permitindo a um empreendimento formular uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos significativos (ABNT, 2006, p. 1).

Dessa forma, contempla todos os tipos e portes de empreendimentos hoteleiros, além de depender do comprometimento de colaboradores, consumidores e stakeholders para os impactos no desempenho sociocultural e ambiental (OLIVEIRA, 2013).

Com relação a certificação ABNT NBR ISO 16534 – Meios de hospedagem – Indicadores para o sistema de gestão da sustentabilidade, demonstra exemplos de indicadores para que os

meios de hospedagem identifiquem os resultados do sistema de gestão da sustentabilidade no âmbito ambiental, econômico e sociocultural (ABNT, 2016).

Percebe-se que, embora as certificações demandem de determinados custos por parte das empresas de turismo e meios de hospedagem, contribuem significativamente para a redução de custos a longo prazo e principalmente para a sustentabilidade do empreendimento e do local em que estão inseridos, colaborando com o desenvolvimento sustentável da comunidade receptora.

Vale destacar que o turismo, se bem planejado, tem a capacidade de alavancar o desenvolvimento econômico e ambiental das localidades, porém há também a capacidade de destruir quando não planejado e implantado adequadamente (BARDDAL, ALBERTON, CAMPOS, 2010), desta forma, as certificações têm o intuito de mitigar e/ou melhorar o desempenho dos empreendimentos nesse aspecto. Com isso, as certificações para o setor hoteleiro têm colaborado para o desenvolvimento sustentável do setor, auxiliando no alcance das metas dos ODS da Agenda 2030.

3.3 Os ODS e o setor hoteleiro

É evidente a relevância do turismo e da hotelaria para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, pois, são importantes geradores de emprego e renda no mundo e, também, responsáveis por mitigar degradação ambiental quando planejados corretamente. Entende-se que a percepção do turismo enquanto facilitador do desenvolvimento sustentável e a formulação da Agenda 2030 colaboraram com um importante avanço e grandes oportunidades para organizações de todos os níveis (governamentais, sociedade civil, acadêmica, comunidade, dentre outras) se apropriarem dos indicadores de sustentabilidade (HAK et al., 2012).

Dessa forma, percebe-se a necessidade da atividade hoteleira ser desenvolvida de modo ético e responsável, contribuindo com a preservação ambiental e cultural das localidades, alavancando o desenvolvimento econômico e incentivando os visitantes a serem multiplicadores da sustentabilidade (UNWTO, 2016; DA SILVEIRA, 2005). De um modo geral, o turismo e hotelaria desenvolvem um impacto significativo para os ODS pois geralmente são empreendidos em localidades com frágeis ecossistemas e rico apelo cultural, geram empregos e desenvolvimento econômico e são responsáveis por um grande deslocamento de pessoas cada vez maior no mundo (MALTA, MARIANI e ARRUDA, 2013; BORGES et al., 2015).

De acordo com Deacon (2016), os ODS possuem objetivos desafiadores que apostam na possibilidade de pessoas, organizações dentre outras trabalharem juntos para a implementação de metodologias reais diretas e indiretas para o desenvolvimento sustentável. Conforme apontado, anteriormente, no Quadro 2 - O setor do Turismo e o seu contributo para atingir os ODS, reforça a ideia de que o turismo tem um papel importante para o alcance das metas da Agenda 2030. Como um dos principais atores dentro do setor, a hotelaria realiza práticas internas que contribuem com o alcance dessas metas que, segundo Molina-Azorín et al., (2009) e Malta, Mariani e Arruda (2013), são: (a) reciclagem de materiais; (b) racionalização do uso de água e energia; (c) utilização de produtos recicláveis; (d) uso de insumos provenientes da localidade na qual o hotel está inserido; (e) disponibilidade de emprego às pessoas da localidade; (f) treinamento aos colaboradores quanto à importância da incorporação de processos de gestão sustentável na organização e (g) conscientização destinada aos hóspedes quanto à sustentabilidade inerente ao empreendimento, e quanto à importância de se preservar os recursos naturais e culturais da localidade.

A pesquisa realizada por Zouain et al., (2020), em meios de hospedagem do Rio de Janeiro, observou que as principais ações realizadas nos hotéis dizem respeito ao ODS 12 “Consumo e Produção Responsável” que tem como objetivo “Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis” (UN, 2015). Porém a pesquisa também identificou o alinhamento dos meios de hospedagem com o ODS 6 “Água Potável e Saneamento”, ODS 7 “Energia Limpa e Acessível”, ODS 9 “Indústria, Inovação e Infraestrutura”, ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis” e ODS 13 “Ação Contra a Mudança Global do Clima” (ZOUAIN et al., 2020; UN, 2015), os autores destacam que “[...] Todos eles têm em comum a redução da emissão de resíduos, utilização consciente dos recursos, preservação do meio ambiente e valorização do que é local, seja mão de obra ou material” (ZOUAIN et al., 2020, p. 257).

Nesta perspectiva, a ONU destaca a importância do turismo para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 ao destaca-lo como um alicerce para tal e apresentar o turismo em três oportunidades dentre suas metas.

O estudo elaborado por Dos Santos (2018) elenca 39 critérios para a sustentabilidade hoteleira, dentre as dimensões **Ambiental**, que traz critérios relacionados a diminuição da emissão de gases e de resíduos, energia renovável, responsabilidade ambiental tanto da empresa quanto dos seus stakeholders, proteção da fauna e flora, e capacidade de carga sobre os atrativos naturais; **Social**, onde destacam-se a transparência e igualdade ao funcionário, engajamento deste quanto a carreira, desenvolvimento da sociedade por meio de contratações e ações locais, realização de compra de fornecedores locais, dentre outras; **Cultural**, na qual têm como

destaque os seguintes: preservação e promoção da identidade local incluindo informações sobre o patrimônio aos seus hóspedes, dentre outros; **Econômica**, que elenca como destaque o dinamismo econômico local, parcerias, mitigação de possíveis impactos de seu mercado, dentre outros; e **Política**, onde nota-se a preocupação com a transparência aos stakeholders, política de desenvolvimento da organização e fortalecimento da gestão participativa (DOS SANTOS 2018). Tais critérios auxiliam os gestores nas tomadas de decisões quanto a sustentabilidade hoteleira e consequentemente, no atingir das metas estipuladas nos ODS da Agenda 2030.

Nesta perspectiva, a pesquisa de Silva et al., (2023), destacou a importância de se atentar principalmente à percepção dos gestores hoteleiros a respeito dos Plásticos de Uso Único – PDU's. A pesquisa traz como resultado algumas práticas desenvolvidas nos empreendimentos para mitigar os impactos causados pelos meios de hospedagem ao meio ambiente, tais como: substituição do plástico, ações de conscientização, mutirões, treinamentos, coleta seletiva junto aos turistas, não uso de PDU's entre os funcionários, dentre outras (SILVA et al., 2023).

Tendo os ODS da Agenda 2030 como norteadores, os empreendimentos hoteleiros têm a capacidade de alcançar uma gestão sustentável ambiental, financeira e culturalmente, alavancando assim seus resultados e os resultados para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Choi e Sirakaya (2006), para alcançar o desenvolvimento do turismo sustentável, este deve ser em aspecto ecológico responsável, social compatível, cultural apropriado, político igualitário, favorável tecnologicamente e economicamente viável para a comunidade receptora.

4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos deste estudo tiveram como norte o Green Lodging Trends Report 2022, que se trata de um relatório do “principal estudo global de benchmarking sobre as melhores práticas de sustentabilidade em hotéis” (GLTR, 2023, p. 3), o que justifica o motivo de sua escolha como norte deste estudo. O relatório, que teve início em 2016, e vinha sendo lançado anualmente até o ano de 2018, passando a ser bienal desde então, tinha como intenção “rastrear as melhores práticas que estavam sendo adotadas menos ou mais comumente ao longo do tempo.” (GLTR, 2023, p. 3).

Segundo o GLTR, após a pandemia, a sustentabilidade tornou-se um tema central dentro dos hotéis e redes hoteleiras, o que se torna evidente com os 27.000 hotéis respondentes distribuídos por 54 países do globo, divulgando seus insights e práticas sustentáveis, sendo avaliadas as 75 melhores dos mais diversos perfis de hotéis (GLTR, 2023).

O relatório é elaborado em parceria entre a Greenview e o WTTC, sendo os dados utilizados no GLTR coletados de duas maneiras distintas: diretamente no Portal Greenview ou enviado pelas redes hoteleiras ao WTTC. Além disso, os hotéis recebem um relatório personalizado comparativo aos demais hotéis e pode ser destaque no GLTR por suas práticas desenvolvidas (GLTR, 2023). O GLTR divide as práticas sustentáveis indicadas aos seguintes temas: Sistema de Gestão, Impacto na Comunidade, Saúde e Bem Estar, Consumo Responsável, Eliminação de Plástico Descartável, Gestão de Desperdício, Conservação da Água, Gestão de Energia e Ação Climática, sendo estas categorizadas conforme taxa de adoção pelos hotéis: Práticas comuns (75% e acima, de adoção), Práticas estabelecidas (50% - 74% de adoção), Práticas emergentes (25% - 49% de adoção), Práticas inovadoras (menos de 25% de adoção) (GLTR, 2023).

O relatório declara que “[...] serve não apenas para catalisar a captação das melhores práticas comuns, mas também acelerar a adoção de melhores práticas inovadoras e emergentes práticas, para que se tornem mais estabelecidas e comuns” (GLTR, 2023, p. 3).

Portanto, este estudo teve como objetivo principal identificar as práticas de sustentabilidade dos empreendimentos hoteleiros destacadas no Green Lodging Trends Report 2022 (GLTR), em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, tendo como objetivos específicos: a) apresentar as práticas de gestão sustentável nos hotéis sob a ótica de dois dos cinco P’s dos ODS, **Prosperidade e Planeta**; b) traçar comparativo entre as metas e indicadores estabelecidos nos ODS com os resultados do relatório GLTR; c) sugerir práticas sustentáveis para incremento da ESG (SGA) no setor hoteleiro maranhense.

Para isso, inicialmente, a pesquisa se concentrou em um levantamento bibliográfico e documental acerca do tema abordado, utilizando-se de um estudo de caráter exploratório e comparativo, com abordagem qualitativa, que de acordo com Nunes (2021), visa explorar e compreender a natureza dos fenômenos sociais, permitindo um maior nível de profundidade e compreensão das peculiaridades do comportamento individual.

A revisão bibliográfica e documental se deu em bases de dados, utilizando artigos científicos nacionais e internacionais, livros, revistas e documentos de autores que abordam o tema proposto. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica baseia-se em fontes secundárias e tem o objetivo de aproximar o pesquisador do tema com o que já existe disponível. Os autores descrevem a pesquisa documental utilizada neste trabalho como fontes primárias baseada em documentos (escritos ou não).

A pesquisa exploratória tem o foco em aprofundar o conhecimento do tema estudado com o levantamento bibliográfico. Para Gil (2019), a pesquisa exploratória tem como objetivo causar maior familiaridade do pesquisador com o problema, contribuindo para a formulação de hipóteses.

Os empreendimentos hoteleiros investigados, neste estudo advém do relatório Green Lodging Trends Report 2022, que agrega o universo de 27.000 empreendimentos de diferente portes e nacionalidades, em escala global. O estudo analisa as práticas de sustentabilidade empreendidas, que são categorizadas de acordo com o percentual de adoção pelos empreendimentos, sendo elas: comuns (adoção por 75% dos empreendimentos e acima), estabelecidas (adoção entre 50% - 74% dos empreendimentos), emergentes (adoção entre 25% - 49% dos empreendimentos) e inovadoras (adoção por menos de 25% dos empreendimentos) e associa-las aos ODS que citam o turismo dentre suas metas (8, 12 e 14).

A pesquisa se dividiu nas seguintes etapas:

1. **Levantamento de dados:** foi realizado levantamento bibliográficos de dados secundários por intermédio de plataformas de periódicos, livros, artigos e revistas publicados acerca do tema abordado para elaboração do referencial teórico e formulação de hipóteses pertinentes.
2. **Registro e Tratamento dos dados:** a pesquisa documental teve como norte o relatório GLTR e buscou se utilizar dos dados coletados neste para avaliar as práticas empreendidas em hotéis de todo o mundo. O tratamento dos dados buscou condensar os dados e identificar os elementos principais das categorias indicadas no relatório, para então analisar se estas comprovam ou não os objetivos deste estudo.

3. **Análise dos dados:** nesta etapa, relacionou-se os dados coletados e filtrados com os objetivos deste estudo e seu referencial teórico, para enfim, verificar se foram atingidos os resultados esperados, além de gerar reflexões acerca do tema.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES – DADOS DA PESQUISA

Dentre os temas apontados no GLTR, este trabalho tratou de relacionar as mais diversas práticas sustentáveis destacadas pelos hotéis e categorizadas entre comuns, estabelecidas, emergentes e inovadoras pelo relatório com os ODS's 8, 12 e 14, que têm o turismo como item fundamental em suas metas, além de relacionar aos dois dos cinco P's dos ODS's (Prosperidade e Planeta), os quais englobam os ODS's abordados neste estudo. O estudo também faz um comparativo das metas e indicadores dos ODS's com os resultados apresentados no GLTR e identifica possíveis possibilidades de implementação destes no cenário nacional e regional.

Nos quadros indicados, a seguir, associa-se as metas dos ODS's abordados com as ações praticadas nos hotéis pesquisados e faz-se as considerações necessárias para este estudo.

No quadro 6, observa-se a associação das práticas encontradas no GLTR ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), que representa o P de Prosperidade:

Quadro 6 - GLTR e ODS 8

Práticas	Categoria	Metas	Objetivos
Praticamente todos os hotéis (97,9%) implementam pelo menos uma iniciativa que contribua para reduzir as desigualdades.	Comum	8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
Quase todos os hotéis (98,7%) agem para garantir que as interações com a vida selvagem (se aplicável) ocorram de acordo com os códigos de prática estabelecidos.	Comum	8.4	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.
Um em cada dois hotéis contratam 90% ou mais de seus funcionários da comunidade local.	Estabelecida	8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
		8.6	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
		8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

41,6% de todos os hotéis oferecem passeios e atividades organizadas por guias e negócios locais.	Emergente	8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
		8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.
Um em cada quatro hotéis compra pelo menos metade de seus alimentos e bebidas de fornecedores locais (por gasto).	Emergente	8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
		8.4	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.
		8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
		8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.
Quase um quarto de todos os hotéis doam o excesso de comida para cozinhas e programas comunitários. 15,6% de todos os hotéis têm acordos com fornecedores para programas de reciclagem de devolução.	Inovadora	8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
Mais de 95% de todos os hotéis têm iniciativas para incentivar a adoção de transporte sustentável por funcionários e hóspedes.	Comum	8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e

			promove a cultura e os produtos locais.
Cerca de um quinto de todos os hotéis compram energia renovável do mercado, como RECs, tarifas verdes, tarifas feed-in e contratos de compra de energia; Globalmente, 13,0% dos hotéis compram toda ou parte de sua eletricidade de fontes renováveis.	Inovadora	8.2	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
		8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
		8.4	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações de SILVA (2018) e do GLTR (2023)

No quadro 6, percebe-se que os hotéis possuem algumas ações voltadas para o desenvolvimento da economia local por meio de iniciativas diretas e indiretas, como por exemplo, compras de mercadorias locais, contratações locais que se enquadram como a principal ação que um empreendimento hoteleiro pode contribuir com a comunidade e trata-se de uma prática estabelecida, ações sociais e ambientais à comunidade que muitas vezes envolvem os hóspedes, incentivar a compra de produtos e serviços locais aos hóspedes além de desempenhar um papel fundamental na igualdade interna e externa ao hotel, dentre outras, conforme destacam os autores (ALMEIDA, 2016; MCKERCHER et al., 2014; BORGES et al., 2015; BOLWELL e WEINZ, 2008). Vale destacar que, as ações que se alinham à meta 8.9 que diz respeito ao turismo ainda são poucas, e em sua maioria emergentes, se comparadas ao que ainda pode ser desenvolvido.

Dentre as 12 metas que compõem o ODS 8, são contempladas 6 neste estudo, divididas entre diretas e indiretas dentre as práticas categorizadas como comuns (75% e acima), estabelecidas (50% - 74%), emergentes (25% - 49%) e inovadoras (menos de 25%) propostas de acordo com o relatório. Observa-se que a proposta do ODS 8 (Trabalho Decente e

Crescimento Econômico) tem se desenvolvido bem dentre os hotéis, ainda que falte acrescentar muitas práticas para englobá-lo como um todo.

Observa-se no quadro 7 a associação das práticas destacadas no GLTR ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) o qual está estritamente ligado ao P de Planeta:

Quadro 7 - GLTR e ODS 12

Práticas	Categoria	Metas	Objetivos
Quase todos os hotéis (98,7%) agem para garantir que as interações com a vida selvagem (se aplicável) ocorram de acordo com os códigos de prática estabelecidos.	Comum	12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
Cerca de 80% dos hotéis oferecem aos hóspedes oportunidades para apoiar ou participar de suas iniciativas ambientais e sociais.	Comum	12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
Mais de um em cada dois hotéis oferecem informação e interpretação sobre o patrimônio natural e cultural da área local, bem como o comportamento adequado do turista.	Estabelecida	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
		12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
		12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
40,0% de todos os hotéis utilizam plantas de espécies nativas em paisagismo e decoração.	Emergente	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.

Praticamente todos os hotéis usam tintas de baixo ou zero VOC (Volatile Organic Compounds) (97,1%); 85,1% de todos os hotéis usam controle de pragas amigável.	Comum	12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
62.6% de todos os hotéis usam produtos de limpeza verde.	Estabelecida	12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
Um programa de reutilização de toalhas está em vigor em praticamente todos os hotéis (98,9%); A maioria dos hotéis (95,5%) implementaram um programa de reutilização de roupa de cama.	Comum	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
Pelo menos 60% dos hotéis (63,2%) compram pelo menos metade de seus alimentos e bebidas de fontes de comércio justo (por gastos).	Estabelecida	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
26,7% dos hotéis compram pelo menos metade de suas compras de frutos do mar de fontes sustentáveis certificadas (por gasto).	Emergente	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
Um em cada quatro hotéis compra pelo menos metade de seus alimentos e bebidas de fornecedores locais (por gasto).	Emergente	12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
		12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Globalmente, 66,0% dos hotéis eliminaram o uso de canudos plásticos.	Estabelecida	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
Quase um em cada dois hotéis substituiu os mini frascos de higiene de plástico por dispensadores a granel ou alternativas não plásticas.	Emergente	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
40,7% de todos os hotéis substituíram as garrafas plásticas de água oferecidas aos hóspedes e funcionários por modelos reutilizáveis, opções reutilizáveis ou alternativas não plásticas.	Emergente	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
Quase um em cada quatro hotéis instalou estações de reabastecimento de água em áreas públicas para reduzir o uso de garrafas plásticas descartáveis.	Inovadora	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
Um quinto de todos os hotéis que usam produtos bioplásticos os enviam para compostagem no final de sua vida útil; 7,5% de todos os hotéis eliminaram os plásticos de uso único (ou os reduziram ao mínimo absoluto).	Inovadora	12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
		12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
Praticamente todos os hotéis (99,5%) implementaram medidas de gestão de resíduos nos últimos três anos.	Comum	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Nove em cada dez hotéis tomam medidas para desviar o desperdício de alimentos dos aterros sanitários; 85,2% de todos os hotéis implementaram estratégias de prevenção de desperdício de alimentos no ano passado.	Comum	12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
		12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
62,6% de todos os hotéis planejam e implementam iniciativas de redução de resíduos.	Estabelecida	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
Pelo menos um em cada dois hotéis mede a quantidade de desperdício alimentar que geram.	Estabelecida	12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
		12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
Quase um em cada dois hotéis colocam lixeiras em todas as áreas comuns; Quase 30% de todos os hotéis colocam lixeiras nos quartos; Pelo menos um quarto de todos os hotéis realizou uma auditoria de resíduos nos últimos três anos.	Emergente	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
Quase um quarto de todos os hotéis rastreiam a quantidade de resíduos e materiais recicláveis que geram.	Inovadora	12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos

			internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
		12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
Quase um quarto de todos os hotéis doam o excesso de comida para cozinhas e programas comunitários.	Inovadora	12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
		12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
Quase um em cada cinco hotéis doam sobras de amenidades de banho, como sabonetes, xampus e gel de banho.	Inovadora	12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
15,6% de todos os hotéis têm acordos com fornecedores para programas de reciclagem de devolução.	Inovadora	12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos

			sobre a saúde humana e o meio ambiente.
		12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
Praticamente todos os hotéis (99,1%) implementaram medidas de eficiência hídrica nos últimos três anos; Praticamente todos os hotéis (98,9%) implementaram medidas de eficiência energética nos últimos três anos; Mais de 90% de todos os hotéis compararam seu desempenho energético com outros do portfólio da empresa, quando aplicável; Mais de 80% de todos os hotéis planejam e implementam iniciativas de redução de energia.	Comum	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
Mais de 60% de todos os hotéis rastreiam o consumo de água, a maioria dos hotéis o faz trimestralmente; Mais de 60% de todos os hotéis rastreiam o consumo de energia, a maioria dos quais o faz trimestralmente.	Estabelecida	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção

			e consumo.
Quase metade de todos os hotéis planejam e implementam iniciativas de economia de água; Pelo menos um em cada três hotéis instalaram submedidores de água; Em todos os hotéis, 39,4% instalam vasos sanitários de baixo fluxo, 35,9% instalam chuveiros de alta eficiência e 28,8% instalam torneiras de alta eficiência (em pelo menos 90% da propriedade); Quase metade de todos os hotéis usam iluminação LED com eficiência energética para pelo menos 90% das necessidades de iluminação interior; 43,4% dos hotéis têm pelo menos metade de todas as janelas com características refletoras e/ou isolantes aprimoradas para reduzir os requisitos de aquecimento e resfriamento.	Emergente	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
Pelo menos um em cada dez hotéis usam submedidores para rastrear o consumo de energia em várias áreas da propriedade; Menos de um quarto de todos os hotéis geram energia renovável no local.	Inovadora	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

Mais de 95% de todos os hotéis têm iniciativas para incentivar a adoção de transporte sustentável por funcionários e hóspedes.	Comum	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
		12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
		12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
Mais de 60% de todos os hotéis planejam e implementam iniciativas de redução de carbono.	Estabelecida	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre

			sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
Mais de 40% de todos os hotéis medem as emissões de carbono e a maioria mede trimestralmente.	Emergente	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
Quase 30% de todos os hotéis instalam estações de carregamento de veículos elétricos em suas propriedades.	Emergente	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
		12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

Cerca de um quinto de todos os hotéis compram energia renovável do mercado, como RECs, tarifas verdes, tarifas feed-in e contratos de compra de energia; Globalmente, 13,0% dos hotéis compram toda ou parte de sua eletricidade de fontes renováveis.	Inovadora	12.2	Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
		12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
		12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
		12.a	Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
		12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações de SILVA (2018) e do GLTR (2023)

No quadro 7, observa-se que, diferentemente do que se viu no quadro 6, com apenas 50% das metas do ODS 8 sendo atingidas direta ou indiretamente através das ações, no que diz respeito ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), apenas duas metas não são contempladas pelas ações exercidas nos hotéis analisados, sendo elas a 12.1 e 12.c. Dentre as 75 práticas apontadas pelo GLTR, 49 estão alinhadas ao ODS 12 divididas em 14 comuns (75% e acima), 9 estabelecidas (50% - 74%), 15 emergentes (25% - 49%) e 11 inovadoras (menos de 25%), porém vale destacar que, dentre as 49 práticas, mais da metade se encontram nas categorias emergentes e inovadoras e que assim se repete no que diz respeito à meta que tem o turismo como foco (12.b).

Justifica-se o fato da maioria das práticas aplicadas pelos hotéis estarem alinhadas com o ODS 12, pois, muitas vezes, as implementam com o foco em redução de custos, mas ainda assim, tornam-se importantes para a sustentabilidade do empreendimento (ZOUAIN et al., 2020).

Ações como: oferecer oportunidades de interação dos hóspedes com a sociedade por meio de ações, comprar e utilizar produtos sustentáveis, realizar compras na comunidade local, programas de reutilização de roupas de cama e banho, diminuição ou eliminação do uso de plástico e descartáveis, reduzir e/ou eliminar o desperdício de água, energia e alimentos, dentre

outras, são as principais práticas empreendidas nos hotéis em relação ao consumo e produção sustentáveis, corroborando com o que foi destacado neste estudo pelos autores (GEERTS, 2014; MELISSEN, et al., 2015; KASIM, et al., 2014; FRAJ, MATUTE e MELERO, 2015; DIMARA, MANGANARI e SKURAS, 2017; LEAL, 2012; MALTA, MARIANI e ARRUDA, 2013; MOLINA-AZORÍN et al., 2009).

No quadro 8, nota-se as práticas apontadas no GLTR em associação ao ODS 14 (Vida na Água) que faz parte do P de planeta:

Quadro 8 - GLTR e ODS 14

Práticas	Categoria	Metas	Objetivos
26,7% dos hotéis compram pelo menos metade de suas compras de frutos do mar de fontes sustentáveis certificadas (por gasto).	Emergente	14.4	Até 2020, efetivamente regular a pesca, acabar com a sobrepesca, com a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e com as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, de forma a recuperar os estoques pesqueiros no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.
		14.6	Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca INN, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.
		14.7	Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os SIDS e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

Globalmente, 66,0% dos hotéis eliminaram o uso de canudos plásticos.	Estabelecida	14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.
Quase um em cada dois hotéis substituiu os mini frascos de higiene de plástico por dispensadores a granel ou alternativas não plásticas; 40,7% de todos os hotéis substituíram as garrafas plásticas de água oferecidas aos hóspedes e funcionários por modelos reutilizáveis, opções reutilizáveis ou alternativas não plásticas.	Emergente	14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
		14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.
Quase um em cada quatro hotéis instalou estações de reabastecimento de água em áreas públicas para reduzir o uso de garrafas plásticas descartáveis; Um quinto de todos os hotéis que usam produtos bioplásticos os enviam para compostagem no final de sua vida útil; 7,5% de todos os hotéis eliminaram os plásticos de uso único (ou os reduziram ao mínimo absoluto).	Inovadora	14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
		14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.
Mais de 95% de todos os hotéis têm iniciativas para incentivar a adoção de transporte sustentável por funcionários e hóspedes.	Comum	14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
		14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de

			resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.
		14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.
Mais de 60% de todos os hotéis planejam e implementam iniciativas de redução de carbono.	Estabelecida	14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
		14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.
Mais de 40% de todos os hotéis medem as emissões de carbono e a maioria mede trimestralmente; Quase 30% de todos os hotéis instalam estações de carregamento de veículos elétricos em suas propriedades.	Emergente	14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
		14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.
Menos de um quarto de todos os hotéis geram energia renovável no local.	Inovadora	14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
		14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações de SILVA (2018) e do GLTR (2023)

O quadro 8 demonstra que 6 das 10 metas existentes no ODS 14 (Vida na Água) estão alinhados com as práticas realizadas nos hotéis analisados nos GLTR, somando 12 práticas das quais estão distribuídas da seguinte forma: 1 comum (75% e acima), 2 estabelecidas (50% - 74%), 5 emergentes (25% - 49%) e 4 inovadoras (menos de 25%), e dentre estas a meta 14.7 que menciona o turismo é encontrada em uma prática emergente. Vale destacar que a maioria das práticas que se alinham às metas do ODS 14 estão entre as práticas emergentes e inovadoras, que demonstram menor percentual de aplicação.

Nota-se que, por se tratar dos cuidados relacionados aos mares, onde podem estar inseridos, e que muitas vezes são o próprio produto turístico, as práticas e metas atingidas pelos hotéis deveriam ser mais expressivas se levar em consideração a importância deste ODS para o turismo. De acordo com Gabarda-Mallorquí (2017), a relação do turismo com os recursos hídricos é forte, pois muitos segmentos turísticos são desenvolvidos nestes espaços naturais, tais como turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo de natureza, turismo náutico etc. No entanto, conforme apontado por Leite (2007), esta relação deve ser estritamente equilibrada, caso contrário, pode acarretar diversos impactos negativos como: ecossistema desequilibrado, deterioração dos recursos naturais, perda da biodiversidade, erosão dentre outros.

O estudo elaborado por Dos Santos (2018), que aponta critérios para uma hotelaria sustentável, se relacionam com algumas das práticas destacadas no GLTR que se associam ao ODS 8: transparência e igualdade ao funcionário; desenvolvimento da sociedade por meio de contratações e ações locais; dinamismo econômico local; realização de compra de fornecedores locais, dentre outros; ODS 12: preservação e promoção da identidade local incluindo informações sobre o patrimônio aos seus hóspedes; diminuição da emissão de gases e de resíduos; energia renovável; parcerias; mitigação de possíveis impactos de seu mercado, dentre outros; e ODS 14: diminuição da emissão de gases e de resíduos; responsabilidade ambiental tanto da empresa quanto dos seus stakeholders; proteção da fauna e flora; capacidade de carga sobre os atrativos naturais; mitigação de possíveis impactos de seu mercado, dentre outros (DOS SANTOS 2018).

O GLTR apresenta o ranking dos países a partir de práticas sustentáveis desenvolvidas nos hotéis. O Brasil se destaca em três oportunidades, sendo elas as seguintes práticas: oportunidade aos hóspedes para apoiar ou participar de iniciativas ambientais e sociais; programa de reutilização de roupa de cama e iniciativa de redução de energia.

Como observa-se na figura 1, 80% dos hotéis oferecem aos hóspedes oportunidades para apoiar ou participar das ações ambientais e sociais, o país está na 12ª posição em relação aos demais com 93% de adoção da prática por seus hotéis.

Figura 1 - Oportunidade para apoiar ou participar das iniciativas ambientais e sociais dos hotéis



Fonte: GLTR (2023)

A figura 2 demonstra que 95,5% dos hotéis implementaram programa de reutilização de roupa de cama. Nesta prática o Brasil se encontra na 3ª posição com 98% de adoção à prática pelos hotéis respondentes.

Figura 2 - programa de reutilização de roupa de cama



Fonte: GLTR (2023)

A figura 3 sinaliza que mais de 80% de todos os hotéis planejam e implementam iniciativas de redução de energia, estando o Brasil na 6ª posição em relação aos demais países com 95% dos hotéis respondentes aderindo à prática.

Figura 3 - Iniciativas de redução de energia



Fonte: GLTR (2023)

É importante destacar que as ações nas quais o país desempenha boas posições dentre os demais países são consideradas práticas comuns (75% e acima), sendo assim, entende-se que os hotéis brasileiros empreendem práticas sustentáveis com grande abrangência global, porém é necessário que olhe com atenção as menos executadas para que estas se tornem cada vez mais comuns.

Por se tratar dos ODS 8, 12 e 14, que estão diretamente ligados aos dois P's (Prosperidade (8) e Planeta (12 e 14)), o estudo confirmou o alcance dos objetivos por meio das práticas relacionadas aos ODS determinados por auxiliarem no resultado das metas, e assim, alavancar o potencial de desenvolvimento sustentável das localidades, levando estas a alcançarem maior prosperidade e atentar-se para os impactos de suas ações ao planeta.

À luz das práticas desenvolvidas nos hotéis em nível global, observam-se oportunidades de desenvolvimento destas e muitas outras dentro do país e, em especial, no Maranhão. O Estado apresenta aspectos singulares para a sustentabilidade por meio dos empreendimentos

hoteleiros por se tratar de um dos maiores estados da região Nordeste, tendo o segundo maior litoral do país com 640 km de extensão e possuir um conjunto de ecossistemas diversificados, agregando belezas naturais e rica cultura.

Pesquisas apontam que o setor hoteleiro maranhense, assim como apresentado por Zouain et al., (2020), apresenta práticas sustentáveis buscando redução de custos. Pode-se recomendar a adoção de sistemas de energia renováveis, já existentes em alguns hotéis maranhenses, levando em consideração as altas temperaturas e céu aberto na maior parte do ano (SOARES, 2017). A pesquisa de Soares (2017) indica que muitas das práticas elencadas no GLTR já são empreendidas no cenário hoteleiro maranhense, porém, chama atenção para as dificuldades encontradas pelos hotéis para uma melhor execução, tais como: alto custo, falta de conscientização de colaboradores e hóspedes e dificuldade de padronização (SOARES, 2017).

Portanto, vale destacar que ao se observar as dificuldades enfrentadas pelos hotéis maranhenses, recomenda-se por adesão/implementação algumas das ações apontadas no GLTR para um desempenho gradual ambientalmente correto que eleva a competitividade hoteleira, melhora o desempenho financeiro e gera emprego e renda, sendo as **metas aplicáveis** ao estado as práticas comuns e estabelecidas: envolver os hóspedes em suas práticas sustentáveis, utilizar produtos químicos amigáveis, reduzir as desigualdades internas e externas, redução de desperdícios, energia, água e resíduos sólidos, programa de utilização de roupa de cama e banho, contratação de funcionários da localidade, iniciativas de redução de carbono, extinguir o uso de canudos plásticos, realizar compra de fornecedores justos, oferecer informações e interpretações sobre o patrimônio natural e cultural da área local, dentre outras; e **metas ambiciosas** as práticas emergentes e inovadoras: oferecer passeios e atividades organizadas por guias e negócios locais, realizar compras de alimentos e bebidas de fornecedores locais, realizar as compras de frutos do mar de fornecedores certificados, substituir os mini frascos de higiene de plástico por alternativas não plásticas, dispor lixeiras nas áreas comuns e quartos, realizar auditorias de resíduos periodicamente, instalação de submedidores de água, iniciativas de economia de água: vasos sanitários de baixo fluxo, chuveiros e torneiras de alta eficiência, instalação de lâmpadas LED e janelas refletoras, elaborar programas de reciclagem e devolução em parceria com os fornecedores, comprar energia renovável no mercado, enviar o bioplástico para a compostagem ao final de sua vida útil, reduzir o uso de plástico de uso único, geração de energia renovável no local.

Tais práticas empreendidas nos meios de hospedagem maranhenses têm como objetivo principal alavancar o desenvolvimento do setor hoteleiro local a um melhor cenário da sustentabilidade em comparação aos demais estados do país.

6 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo principal identificar as práticas de sustentabilidade dos empreendimentos hoteleiros destacadas no Green Lodging Trends Report 2022 (GLTR) em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, elaborando um comparativo para definir se existe alinhamento entre estes e possibilidade de reprodução de tais práticas no setor hoteleiro maranhense.

Para alcançar o objetivo central deste estudo, foram elaborados objetivos específicos, tais como: a) apresentar as práticas de gestão sustentável nos hotéis sob a ótica de dois dos cinco P's dos ODS – **Prosperidade** e **Planeta**; b) traçar comparativo entre as metas e indicadores estabelecidos nos ODS com os resultados do relatório GLTR; c) sugerir práticas sustentáveis para incremento da ESG (SGA) no setor hoteleiro maranhense.

Percebeu-se que as práticas relacionadas aos ODS 8, 12 e 14, auxiliam no alcance de algumas das metas dos ODS destacados, sendo as que se relacionam diretamente ao turismo, se caracterizam como práticas emergentes e inovadoras, ou seja, com menor percentual de aplicação dentre os hotéis. Quando analisamos o alcance dos P's indicados, percebe-se que as práticas atuam de forma essencial para melhorar os indicadores de Prosperidade e Planeta, já que estes estão diretamente associados aos ODS 8, 12 e 14.

O estudo concluiu que o tema é de extrema importância por sua relevância internacional destacada no GLTR ao identificar as práticas que se alinham com os ODS, além de sua relevância nacional e regional conforme apresentada por meio de imagens nas quais o Brasil se encontra em posições relevantes em comparação a outros países quanto a algumas das práticas apresentadas no GLTR.

O setor hoteleiro maranhense pode contribuir para o desenvolvimento sustentável ao apresentar práticas sustentáveis que são destaques no GLTR, porém, as práticas adotadas têm como foco a redução de custos do empreendimento, tendo ainda muito a implementar para se tornar um setor genuinamente sustentável.

Portanto, os objetivos propostos foram alcançados, apresentando como resultados uma análise comparativa entre práticas sustentáveis e ODS como aliados para o alcance destes, além de desenvolver um panorama para a sustentabilidade no setor hoteleiro local e sugestões de práticas para melhoria do cenário maranhense conforme o GLTR e ODS. Recomenda-se que as pesquisas futuras sejam feitas *in loco*, comparando as práticas do GLTR e ODS com as práticas reais dos hotéis por meio de observação direta.

O estudo teve como limitações o alcance de alguns objetivos relacionados aos empreendimentos locais por falta de interesse dos gestores em responderem o formulário de

pesquisa, o que pode demonstrar pouca e/ou nenhuma aplicação de práticas sustentáveis nos empreendimentos, não sendo uma pauta muito abordada internamente, ou ainda, pouco e/ou nenhum conhecimento a respeito dos ODS, limita-se também ao fato da pouca produção científica acerca do tema abordado para convergir aos resultados esperados do estudo. Tais implicações levaram à mudança dos objetivos deste trabalho, o que dificulta ainda mais a contribuição de desenvolvimento de material científico regional e nacional sobre os impactos do setor hoteleiro aos ODS. Recomenda-se a continuidade dos estudos sobre a temática para incorporar outros elementos importantes como a visão dos gestores locais, as motivações para a implementação de um SGA e a percepção dos colaboradores, hóspedes e também a sociedade a respeito da sustentabilidade nos empreendimentos hoteleiros.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO 15401 Meios de Hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

_____. **ABNT NBR ISO 14001 Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

_____. **ABNT NBR ISO 9001 Sistema de Gestão da Qualidade – Requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

_____. **ABNT NBR ISO 26000 Diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

_____. **ABNT NBR ISO 16534 Meios de hospedagem – Indicadores para o sistema de gestão da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ALMEIDA, J. B. R. **Sustentabilidade em Hotelaria: Uma Análise da Infusão/Difusão em Hotéis de Lisboa**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Europeia Laureate International Universities, Lisboa, 2016.

ARAGON-CORREA, J. Alberto; MARTIN-TAPIA, Inmaculada; DE LA TORRE-RUIZ, Jose. Sustainability issues and hospitality and tourism firms' strategies: Analytical review and future directions. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, 2015.

BARDDAL, Roberto; ALBERTON, Anete; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. As dimensões e métodos de mensuração da sustentabilidade e o turismo: uma discussão teórica. **Revista de Gestão Social e Ambiental-RGSA**, v. 4, n. 2, p. 138-155, 2010. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/274>. Acesso em 28 maio 2023.

BORGES, Carlos Henrique Leite; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira; BORGES, Adriana Vilas-Boas. Turismo sustentável e meios de hospedagem: uma avaliação da sustentabilidade hoteleira em Barra Grande, Marau (BA). **Turismo-Visão e Ação**, v. 17, n. 3, p. 601-629, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056065004.pdf>. Acesso em 11 mar. 2023.

BOLWELL, Dain WEINZ, Wolfgang. **Reducing poverty through tourism**. International Labour Organization, 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ilo/ilowps/994246573402676.html>. Acesso em 11 mar. 2023.

BUCKLEY, Ralf. Environmental inputs and outputs in ecotourism: Geotourism with a positive triple bottom line?. **Journal of ecotourism**, v. 2, n. 1, p. 76-82, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14724040308668135>. Acesso em 11 mar. 2023.

BRAMWELL, Bill; LANE, Bernard. Getting from here to there: Systems change, behavioural change and sustainable tourism. **Journal of sustainable tourism**, v. 21, n. 1, p. 1-4, 2013.

BRASIL. **LEI 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 23 abr. 2023.

_____. **Portaria nº100, de 16 de junho de 2011**. Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2011/PORTARIA-N-100c-DE-16-DE-JUNHO-DE-2011>. Acesso em 13 maio 2023.

CARRIGAN, M. Positive and Negative Aspects of the Societal Marketing Concept: Stakeholder Conflicts for the Tobacco Industry. **Journal of Marketing Management**, v. 11, 469-485, 1995.

CARRIGAN, Marylyn; MORAES, Caroline; MCEACHERN, Morven. From conspicuous to considered fashion: A harm-chain approach to the responsibilities of luxury-fashion businesses. **Journal of Marketing Management**, v. 29, n. 11-12, p. 1277-1307, 2013.

CASTELLI, Geraldo. **Gestão Hoteleira**. São Paulo: Saraiva, 2016.

COELHO, Pedro Manuel Vicente. **Turismo e sustentabilidade na região do Algarve**. 2018. Tese de Doutorado.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite et al. **Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos: o que mostra o retrato do Brasil?**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9380>. Acesso em 05 mar. 2023.

CURI, Denise. **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

CHAN, Eric SW. Barriers to EMS in the hotel industry. **International Journal of Hospitality Management**, v. 27, n. 2, p. 187-196, 2008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278431907000540>. Acesso em 21 maio 2023.

CHOI, HwanSuk Chris; SIRAKAYA, Ercan. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism management**, v. 27, n. 6, p. 1274-1289, 2006.

CRACKNELL, Teresa Marie; ABU-HIJLEH, Bassam. Measuring LEED–NC applicability in design for hospitality. **Frontiers of Architectural Research**, v. 4, n. 4, p. 308-317, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2095263515000527>. acesso em 28 maio 2023.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 36, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13707>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho. **Guia de contratações sustentáveis da Justiça do Trabalho**. 2ª ed. Revisada, atualizada e ampliada – Brasília, 2014. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/126350>. Acesso em 23 abr. 2023.

DA COSTA, Bruno Barzellay Ferreira; DA MOTTA, Ana Lúcia Torres Seroa. O papel da administração pública no fomento ao consumo e produção sustentáveis. **Revista Tecnologia E Sociedade**, v. 16, n. 40, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/9727/7426>. Acesso em 09 abr. 2023.

DA SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. Turismo y sustentabilidad. Entre el discurso y la acción. **Estudios y perspectivas en Turismo**, v. 14, n. 3, p. 222-242, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6932223.pdf>. Acesso em 04 jun. 2023.

DARNALL, Nicole et al. Environmental management systems: opportunities for improved environmental and business strategy?. **Environmental Quality Management**, v. 9, n. 3, p. 1-9, 2001. Disponível em: [https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/1520-6483\(200021\)9:3%3C1::AID-TQEM1%3E3.0.CO;2-L](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/1520-6483(200021)9:3%3C1::AID-TQEM1%3E3.0.CO;2-L). Acesso em 21 maio 2023.

DEACON, Bob. SDGs, Agenda 2030 and the prospects for transformative social policy and social development. **Journal of International and Comparative Social Policy**, v. 32, n. 2, p. 79-82, 2016.

DESA – Department of Economic and Social Affairs of the United Nations, Population Division. **World population prospects: The 2017 revision, Key findings and advance tables**. Working Paper Nº ESA/P/WP/248. Disponível em: https://population.un.org/wpp/publications/files/wpp2017_keyfindings.pdf. Acesso em 23 abr. 2023.

DIMARA, Efthalia; MANGANARI, Emmanouela; SKURAS, Dimitris. Don't change my towels please: Factors influencing participation in towel reuse programs. **Tourism Management**, v. 59, p. 425-437, 2017.

DOS SANTOS, Rodrigo Amado; MATSCHUCK, Tamires Chagas. A Sustentabilidade e a cadeia produtiva hoteleira: um estudo de caso no JW Marriott, Rio de Janeiro. **Turismo: Visão e Ação**, v. 17, n. 2, p. 444-474, 2015.

DOS SANTOS, Rodrigo Amado et al. A gestão hoteleira e os indicadores de sustentabilidade: um estudo de caso no bairro de Santa Teresa. In: Congresso Nacional Excelência em Gestão, 6., 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: INOVARSE, 2015.

DOS SANTOS, Rodrigo Amado et al. Perspectivas socioculturais e econômicas da gestão hoteleira: um estudo de caso no Hostel Ralé Chateau. Rio de Janeiro. **Sustainability in Debate**, v. 7, n. 3, p. 153-166, 2016.

DOS SANTOS, Rodrigo Amado; MÉXAS, Mirian Picinini; MEIRIÑO, Marcelo Jasmim. Sustainability and hotel business: criteria for holistic, integrated and participative development. **Journal of cleaner production**, v. 142, p. 217-224, 2017.

DOS SANTOS, Rodrigo Amado. (2018). Critérios para o desenvolvimento de uma hotelaria sustentável Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Gestão

Sustentáveis, Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, Brasil. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11866>. Acesso em 02 ago. 2023.

ESTRATÉGIA ODS. **O QUE SÃO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?**, c2016. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/#estrategia-10>. Acesso em: 04 jul. 2023.

FUNDAÇÃO MUDES. **Vida na água: o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos é a preocupação da ONU em seu objetivo 14**. 05 set. 2022. Disponível em: <https://mudes.org.br/estudante/vida-na-agua-o-uso-sustentavel-dos-oceanos-mares-e-recursos-marinhos-e-a-preocupacao-da-onu-em-seu-objetivo-14/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FUNDAÇÃO VANZOLINI. **AQUA-HQE™**. c2022. Disponível em: <https://vanzolini.org.br/certificacao/sustentabilidade-certificacao/aqua-hqe/>. Acesso em 05 jul. 2023.

FRAJ, Elena; MATUTE, Jorge; MELERO, Iguácel. Environmental strategies and organizational competitiveness in the hotel industry: The role of learning and innovation as determinants of environmental success. **Tourism management**, v. 46, p. 30-42, 2015.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GALPIN, Timothy; WHITTINGTON, J. Lee; BELL, Greg. Is your sustainability strategy sustainable? Creating a culture of sustainability. **Corporate Governance**, 2015. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/CG-01-2013-0004/full/html>. Acesso em 11 mar. 2023.

GABARDA MALLORQUÍ, Ariadna et al. **Canvis recents en el consum i la gestió de l'aigua en espais turístics**. El cas de la Costa Brava (Girona). 2017. Disponível em: <https://dugi-doc.udg.edu/handle/10256/13789>. Acesso em 01 maio 2023.

GEERTS, Wouter. Environmental certification schemes: Hotel managers' views and perceptions. **International Journal of Hospitality Management**, v. 39, p. 87-96, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 173p.

GONÇALVES, Luiz Cláudio. **Gestão ambiental em meios de hospedagem**. Aleph, 2004.

GLTR - **Green Lodging Trends Report 2022** - Greenview / World Travel & Tourism Council. c 2023. Disponível em: https://greenview.sg/wp-content/uploads/2022/12/Green_Lodging_Trends_Report_2022.pdf. Acesso em 06 jul. 2023.

HAK, Tomas; KOVANDA, Jan; WEINZETTEL, Jan. A method to assess the relevance of sustainability indicators: Application to the indicator set of the Czech Republic's Sustainable Development Strategy. **Ecological Indicators**, v. 17, p. 46-57, 2012.

HAN, Heesup; YOON, Hae Jin. Hotel customers' environmentally responsible behavioral intention: Impact of key constructs on decision in green consumerism. **International Journal of Hospitality Management**, v. 45, p. 22-33, 2015.

HERZER, Leticia Araujo; FERREIRA, Rafael Lopes. Construções sustentáveis no Brasil: um panorama referente às certificações ambientais para edificações LEED e AQUA-HQE. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 8, n. 5, 2016. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/meioAmbiente/article/view/492>. Acesso em 28 maio 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 19 jun. 2023. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>. Acesso em 06 jul. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. c2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>. Acesso em 04 jul. 2023.

ISO. International Organization for Standardization. 2011. Disponível em: <http://www.iso.org>. Acesso em 28 mai. 2023.

IZQUIERDO, Luis Moreno; RODRÍGUEZ, Ana Ramón; SUCH-DEVESA, María J. Turismo colaborativo: ¿Está AIRBNB transformando el sector del alojamiento?. **Economistas**, n. 150, p. 107-119, 2016.

KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, p. 21-30, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wFXkGkStrfp8yByGCh3C4rp/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2023.

KASIM, Azilah et al. The importance of water management in hotels: a framework for sustainability through innovation. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 22, n. 7, p. 1090-1107, 2014.

KIETÄVÄINEN, Asta; TUULENTIE, Seija. Tourism strategies and climate change: Rhetoric at both strategic and grassroots levels about growth and sustainable development in Finland. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 21, n. 6, p. 845-861, 2013.

KIM, K.; LINDSTRÖM, A; WEINBERG, J. **ITP Water Risk Assessment**. Siwi, International Tourism Partnership, 2013.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14 Ed. São Paulo - SP: Person Education do Brasil Ltda. 2013. 765 p.

_____. **Administração de marketing: a bíblia do marketing**. 12ª edição. 2006.

LEAL, Alessandra do Nascimento. **Importância da gestão ambiental em empreendimentos hoteleiros-o caso do litoral sul de Pernambuco**. 2012. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/7407>. acesso em 28 maio 2023.

LEITE, Nathália Körössy. **Turismo e recursos hídricos no arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco/Brasil): Reflexões sobre a sustentabilidade da atividade turística a partir da análise do consumo de água pelos meios de hospedagem**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6469>. Acesso em 01 maio 2023.

MALTA, Maria Claudia Mancuelho; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Estudo de caso da sustentabilidade aplicada na gestão dos hotéis de Campo Grande, MS. **Turismo: Visão e Ação**, v. 15, n. 1, p. 112-129, 2013. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/3567>. Acesso em 28 maio 2023.

MALTA, Maria Claudia Mancuelho; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; ARRUDA, Dyego de Oliveira. Reflexões acerca da sustentabilidade no âmbito da gestão de empreendimentos hoteleiros. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6330>. Acesso em 04 jun. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017. 346p.

MATOS, Jaqueline Kropf Esteves de; COSTA, Maria Alice Nunes. Sustentabilidade nos meios de hospedagem no Brasil: a norma NBR 15401: 2006. In: **Anais do CATS–Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade, Cataguases, MG**. 2012.

_____. Hotelaria, sustentabilidade e certificação: um estudo bibliométrico. **Revista Vértices**, v. 16, n. 1, p. 51-75, 2014. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20140004>. Acesso em 28 maio 2023.

MEADOWS, Donella H.; RANDERS, Jorgen; MEADOWS, Dennis L. The limits to growth (1972). In: **The future of nature**. Yale University Press, 2013. p. 101-116.

MELISSEN, Frans et al. Is the hotel industry prepared to face the challenge of sustainable development?. **Journal of Vacation Marketing**, v. 22, n. 3, p. 227-238, 2015.

MELISSEN, Frans; VAN GINNEKEN, Rob; WOOD, Roy C. Sustainability challenges and opportunities arising from the owner-operator split in hotels. **International Journal of Hospitality Management**, v. 54, p. 35-42, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278431916000128>. Acesso em 21 maio 2023.

MOLINA-AZORÍN, José F. et al. Environmental practices and firm performance: an empirical analysis in the Spanish hotel industry. **Journal of Cleaner production**, v. 17, n. 5, p. 516-524, 2009.

MCKERCHER, Bob; MAK, Barry; WONG, Stanley. Does climate change matter to the travel trade?. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 22, n. 5, p. 685-704, 2014.

NAHUZ, Marcio Augusto Rabelo. O sistema ISO 14000 e a certificação ambiental. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, p. 55-66, 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/qjXXj3D8BXyfBT6NYZ8cP3R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 maio 2023.

NASCIMENTO, Admilson Lima; MACIEL, Evandro. Certificado ambiental de edifícios Aqua, Leed E Procel Edifica. **Santo André**, v. 1, n. 1, p. 49-56, 2010. Disponível em: <https://leonardo-energy.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Doc-60-ae-er-ie-qe-Certificado-Ambiental-de-Edificios-AQUA-LEED-e-PROCEL-EDIFICA1.pdf>. Acesso em 28 maio 2023.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **Metodologia científica universitária em 3 tempos**. 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14940>. Acesso em 26 mar. 2023.

OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza et al. **A certificação em sustentabilidade (NBR 15401: 2006) como fator estratégico de obtenção de vantagens competitivas**. 2013. Disponível em: <https://siaiap39.univali.br/repositorio/handle/repositorio/2183>. Acesso em 28 maio 2023.

OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza; ROSSETTO, Adriana Marques. Modelo integrado de sustentabilidade e competitividade em meios de hospedagem [MISCMH]. **Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 4, p. 546-563, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547042005.pdf>. Acesso em 28 maio 2023.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabajo Decente**: primeira edición, Ginebra - Suíça: Oficina Internacional del Trabajo, 1999. Disponível em: <http://bit.ly/2Vt42VU>. Acesso em: 21 fev. 2023.

_____. Las plataformas digitales y el futuro del trabajo: **cómo fomentar el trabajo decente en el mundo digital**, 2019. Ginebra. Disponível em: <http://publicaciones.srt.gob.ar/Publicaciones%20Ext/A072.pdf>, Acesso em: 11 mar. 2023.

PEIRÓ-SIGNES, Angel et al. The impact of environmental certification on hotel guest ratings. **Cornell Hospitality Quarterly**, v. 55, n. 1, p. 40-51, 2014.

PÉREZ, Andrea; DEL BOSQUE, Ignacio Rodríguez. Sustainable development and stakeholders: A renew proposal for the implementation and measurement of sustainability in hospitality companies. **Knowledge and Process Management**, v. 21, n. 3, p. 198-205, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/kpm.1452>. Acesso em 21 maio 2023.

PRUD'HOMME, Brigitte; RAYMOND, Louis. Sustainable development practices in the hospitality industry: An empirical study of their impact on customer satisfaction and intentions. **International journal of hospitality management**, v. 34, p. 116-126, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278431913000285>. Acesso em 21 maio 2023.

REYNOLDS, Paul. Hotel companies and corporate environmentalism. **Tourism & Management Studies**, v. 9, n. 1, p. 7-12, 2013.

RICCI, Renato. **Gestão competitiva no século XXI**: ferramentas práticas de gerenciamento aplicadas à hotelaria. Rio de Janeiro Qualitymark, 2002.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252019000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 05 mar. 2023.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. In: **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. 2004. p. 151-151.

SEEL - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Editoras de Livros, Publicações Culturais e Categorias Afins do Estado de São Paulo. **Você sabe o que é trabalho decente?**, 12 ago. 2014. Disponível em: <https://seel-sp.org.br/site/noticias/voce-sabe-o-que-e-trabalho-decente/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SEGARRA-OÑA, Maria-del-Val et al. Does environmental certification help the economic performance of hotels? Evidence from the Spanish hotel industry. **Cornell Hospitality Quarterly**, v. 53, n. 3, p. 242-256, 2012.

SEVERO, E. A.; GUIMARAES, J. C. F. Generating sustainable value: theories and practices. **Espacios**, v. 35, n. 8, p. 5, 2014.

SILVA, David Leonardo Bouças da et al. Poluição plástica no litoral brasileiro: percepções de gestores de meios de hospedagem sobre consumo de descartáveis. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. e-2481, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2481>. Acesso em 01 ago. 2023.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Coordenadora. **Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8855>. Acesso em 05. mar. 2023.

SIMAENS, Ana et al. Looking at scientific research of HEI through the lens of the SDGs. 2018. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/looking-at-scientific-research-of-hei-through-the-lens-of-the-sdgs/54126>. Acesso em 05. mar. 2023.

SOARES, Luana Ribeiro. **PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM DE MÉDIO E GRANDE PORTE DE SÃO LUÍS/MA**. 2017. (Bacharelado em Turismo) - Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís, 2017. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/verProducao?idProducao=981782&key=7f57878278d674c58fa63e842462d4b4>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SOUZA, Carla. Contratações públicas sustentáveis: um longo Caminho a ser percorrido. In: **XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Niterói: Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense**. 2015.

SOUZA, Claudio Alexandre de; ALVARES, Rafaella Caroline Simão. Certificação sustentável em meios de hospedagem—caso da certificação NBR 15401 no Brasil. **Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 4, p. 531-545, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547042003.pdf>. Acesso em 28 maio 2023.

SLOAN, P. LEGRAND, W. SIMONS-KAUFMANN, C. A survey of social entrepreneurial communitybased hospitality and tourism initiatives in developing economies. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes (WHTT)**, v. 6, n. 1 p. 51-61, 2014.

STERN, Nicholas. **Stern Review: The economics of climate change**. 2006. Disponível em: <https://www.osti.gov/etdeweb/biblio/20838308>. Acesso em 23 abr. 2023.

SUSSKIND, Alex M. Guests' reactions to in-room sustainability initiatives: An experimental look at product performance and guest satisfaction. **Cornell Hospitality Quarterly**, v. 55, n. 3, p. 228-238, 2014.

TOUR OPERATORS' INITIATIVE FOR SUSTAINABLE TOURISM DEVELOPMENT. **Sustainable tourism: the tour operators' contribution**. France, 2003.

TYRRELL, Timothy; PARIS, Cody Morris; BIAETT, Vernon. A quantified triple bottom line for tourism: Experimental results. **Journal of travel research**, v. 52, n. 3, p. 279-293, 2012.

UN. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2000.

_____. General Assembly. Resolution 70/1, 25 september 2015. "Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development". Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf. Acesso em 05 mar. 2023

_____. **PNUD: Relatório destaca importância de estimular o crescimento econômico inclusivo**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/69562-pnud-relat%C3%B3rio-de-destaca-import%C3%A2ncia-de-estimular-o-crescimento-econ%C3%B4mico-inclusivo%C2%A0>. Acesso em: 04 jul. 2023.

_____. Tier Classification for Global SDG Indicators. New York: UN, 2022. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/tier-classification>. Acesso em 05. mar. 2023.

UNEP. United Nations Environment Programme. Planning for Change: guidelines for national programmes on sustainable consumption and production. 2008.

USGBC - US Green Buiding Council. **Sistema de Classificação LEED**. c2023. Disponível em: <https://www.usgbc.org/leed>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente: (como se preparar para as Normas ISO 14000)** São Paulo: Pioneira, 2010.

VIANA, João Paulo. **Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável: o que mostra o retrato do Brasil?**. 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9350>. Acesso em 01 maio 2023.

UNWTO - World Tourism Organization (2016). The tourism sector and the Sustainable Development Goals: responsible tourism, a global commitment. Madrid: UNWTO.

UNWTO - World Tourism Organization and United Nations Development Programme. *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030*, Default Book Series, UNWTO, Madrid, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284419401>. Acesso em: 04 mar. 2023.

WTTC - World Travel & Tourism Concil. **Travel & Tourism Economic Impact 2022**. Jun. 2022. Disponível em: <https://wttc.org/Portals/0/Documents/EIR/EIR2022-global-infographic-2pager-080622.pdf?ver=2022-06-14-183513-303>. Acesso em 13 maio 2023.

YATES, JoAnne; MURPHY, Craig N. **Coordinating international standards: the formation of the ISO**. 2007. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=962455. Acesso em 28 maio 2023.

ZOUAIN, Deborah Moraes et al. Práticas de sustentabilidade adotadas nos empreendimentos hoteleiros construídos no âmbito dos jogos olímpicos Rio 2016. **Turismo: Visão e Ação**, v. 22, p. 254-276, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/NCrFQYwx64kXQFhgFBrbDpR/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 jun. 2023.